



Plano de Valorização

do Parque Natural do Tejo Internacional

2018-2022



Outubro de 2018

Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional





ÍNDICE

1. Projeto Piloto e Plano de Valorização 2018-2022	2
2. Enquadramento	7
3. Breve caracterização do Parque Natural do Tejo Internacional	10
4. Fatores críticos de e para a mudança	24
5. Grandes desafios para a gestão do Parque Natural do Tejo Internacional	28
6. Auscultação de atores chave.....	33
7. Plano de Atuação	48
ANEXOS	

1. Projeto Piloto e Plano de Valorização do PNTI 2018-2022

O que é o Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa no Parque Natural do Tejo Internacional?

O Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional (a seguir designado por PNTI) foi formalizado ao abrigo do Protocolo de Colaboração, que se apresenta no **Anexo 1** do presente documento, assinado em 18 de abril de 2017, pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), os Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), a Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB) e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e tem uma validade de dois anos.

O Projeto Piloto visa reafirmar o PNTI, protegendo os seus valores e desencadeando os processos de promoção e aproveitamento dos recursos territoriais através de uma gestão de proximidade.

Porquê um Projeto Piloto?

No Protocolo de Colaboração referido é realçado que *“A Rede Nacional de Áreas Protegidas inclui as amostras mais representativas dos valores naturais no nosso país e que, na sua singularidade, se apresentam como ativos estratégicos que interessa mobilizar. Reafirmar a Rede Nacional de Áreas Protegidas, proteger os seus valores e desencadear os processos de promoção e aproveitamento dos recursos territoriais existentes são os objetivos primeiros de uma gestão de proximidade”*.

Com a criação de um Projeto Piloto pretende-se, deste modo, *“instituir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que as diferentes entidades colocam, ao serviço das Áreas Protegidas, o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pelo que se adotará, de forma progressiva, um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado em cada área, juntando neste desiderato a Autoridade para a Conservação da Natureza, os Municípios e quem, pelo conhecimento técnico-científico aplicado nessa Área Protegida, possa contribuir”* para esta pretensão.

O desiderato de valorizar o PNTI tem em conta que a gestão de cada Área Protegida encerra especificidades próprias decorrentes dos valores naturais, mas também dos socioculturais e económicos, para as quais as entidades que estão no território detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e conhecimento do território lhes confere.

Quais são os seus objetivos?

Os objetivos do Projeto Piloto estão devidamente descritos e elencados no Protocolo de Colaboração de 18 de abril de 2017.

Deste modo, *“o Projeto Piloto tem como propósito estabelecer e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado no PNTI, assim como instituir um fórum perene de concertação de estratégias na gestão do referido Parque Natural.*

Visa a promoção integral desta Área Protegida, no respeito pela disciplina inerente à sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas, pretende atuar, em particular, em duas grandes dimensões na sua gestão, isto é:

- *a criação de uma dinâmica partilhada de valorização da Área Protegida, incidindo nos seus valores naturais e socioculturais e*
- *a implementação de procedimentos concertados que visem a salvaguarda dos valores naturais, melhorando a eficiência das interações entre o ICNF, os Municípios e demais autoridades competentes da administração em razão da matéria, no respeito das suas atribuições específicas, assegurando um melhor desempenho e articulação na resposta às solicitações da sociedade e numa relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades.*

Por seu turno, as ações a desenvolver no âmbito do Projeto Piloto estão sistematizadas em três domínios:

a) Domínio Transversal

- i. Diagnosticar e concertar as ações que visam dirimir aspetos críticos para a Gestão do PNTI;*
- ii. Acompanhar a elaboração do Plano Especial do PNTI;*
- iii. Aprofundar modelos de gestão participativa e colaborativa para o PNTI.*

b) Domínio da Promoção

- i. Articular as ações a incidir no PNTI tendo por Base os Planos de Atividades dos Outorgantes;*
- ii. Preparar um Plano de Valorização com horizonte de longo prazo para o PNTI, integrando medidas de gestão da Reserva da Biosfera e do Parque Internacional Tejo-Tajo;*

c) Domínio da Melhoria da Articulação Inter-serviços

- i. Identificar mecanismos de articulação entre os serviços, na tramitação de processos de licenciamento e autorização;*
- ii. Criar normas, guias e códigos de boas práticas.”*

Que modelo de governação se preconiza?

O modelo de governação do Projeto Piloto tem em conta as diferenças nas dinâmicas que os principais domínios de trabalho envolvem, pelo que distinguem dois grupos de missão: o Conselho de Gestão do Projeto Piloto e a Direção do Projeto Piloto.

O **Conselho de Gestão** constitui um órgão de representação permanente, composto pelas seguintes entidades: Município de Vila Velha de Ródão, que preside este Conselho; Município de Idanha-a-Nova, cujo representante é o vice-presidente deste Conselho; Município de Castelo Branco; ICNF; AEBS; IPCB; Quercus. As funções de presidente e de vice-presidente deste órgão (mandatos de dois anos) são assumidas pelos presidentes de Câmara e são designados pelos representantes dos Municípios que abrangem esta Área Protegida.

As suas atribuições principais são: zelar pelo cumprimento das atividades do Plano de Ação anexo ao Protocolo de Colaboração e elaborar um relatório anual de progresso. As suas decisões são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade e o representante do ICNF direito de veto sobre matérias do “domínio da conservação da natureza”.

Por seu turno, a **Direção** constitui um órgão designado pelo Conselho de Gestão, liderada pelo presidente do Conselho de Gestão, sendo ainda composta por um representante do ICNF e um representante designado por algumas entidades do Conselho de Gestão (especificamente o IPCB, a AEBS e a Quercus).

A sua missão é implementar e conduzir as ações previstas no Plano de Ação, apoiar o Conselho de Gestão, analisar problemas de natureza sistémica ou sistemática que afetem a gestão da Área Protegida (propondo soluções à consideração do Conselho de Gestão), acompanhar as ações de gestão corrente e desenvolver e propor a adoção, pelo Conselho de Gestão, de documentos orientadores.

As principais atribuições destes dois grupos de missão estão definidas no Protocolo de Colaboração de 18 de abril de 2017.

No **Anexo 2** ao presente documento listam-se nominalmente os elementos constituintes do Conselho de Gestão (representante e interlocutor técnico por cada entidade) e da Direção.

Foi acordado que a Direção e o Conselho de Gestão reúnem uma vez por mês, com um intervalo quinzenal entre cada uma dessas reuniões. É objetivo deste Projeto, através de um processo aberto e de concertação com os outorgantes do Protocolo mas também com os atores locais mais relevantes, propor um modelo de gestão participativo do PNTI que assegure a valorização da área protegida e a salvaguarda dos valores naturais que estão na base da sua classificação. Este modelo tem que ter em conta uma relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades públicas e privadas.

O que se espera com este Projeto Piloto?

Com este Projeto Piloto pretende-se essencialmente testar um novo modelo de cogestão, onde todos os gestores envolvidos estejam mais próximos do território e do contexto real, permitindo tirar as necessárias ilações sobre o processo experimentado. Procura-se, assim, encontrar as respostas mais adequadas para a gestão das Áreas Protegidas, tendo por base um modelo de gestão participativa, no sentido de compatibilizar a atividade humana com a preservação dos valores naturais (biológico e geológico) e culturais (arqueológico, arquitectónico e etnográfico) existentes no PNTI, no reforço da identidade da população aí residente com o mesmo e no estímulo do sentido de pertença.

Espera-se ainda que esta nova forma de gestão, colaborativa, participativa e de maior proximidade, possa ser facilmente adaptada a outras Áreas Protegidas, procedendo-se às adaptações necessárias, dependendo da tipologia e especificidade própria de cada território classificado. A natureza e a realidade geobiofísica de cada parcela da Rede Nacional de Áreas Protegidas não permite que o mesmo modelo seja aplicado em diferentes Áreas Protegidas, sob pena de, em pouco tempo, se vir demonstrar errado aquilo que se tinha como certo.

Que Missão, Visão e Valores?

A Missão, Visão e Valores definidos para a implementação deste Projeto Piloto são os seguintes:

Missão: Criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado no Parque Natural do Tejo Internacional, valorizando esta Área Protegida e melhorando a eficiência das interações entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, os Municípios (Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão) e demais autoridades competentes da administração, promovendo ainda uma relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades, públicas e privadas, com particular destaque para os parceiros Instituto Politécnico de Castelo Branco, Associação Empresarial da Beira Baixa e Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

Visão: Este Projeto Piloto pretende implementar o Plano de Valorização definido para o Parque Natural do Tejo Internacional, entre 2018 e 2022, e afirmar-se como uma referência de gestão colaborativa e participativa de maior proximidade, inovando nas boas práticas de gestão e reconhecendo as Áreas Protegidas como áreas de demonstração em que é possível fazer diferente, trabalhando em rede e envolvendo as populações e os atores chave, na promoção da defesa do capital natural português.

Valores: cooperação, partilha, compromisso, transparência, comunicação.



Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional 2018-2022

Porquê um Plano de Valorização como um documento instrumental do Projeto Piloto?

O Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 é elaborado no âmbito do desenvolvimento do Protocolo de Colaboração do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional.

Surge como forma de materializar o modelo de cogestão que se pretende testar e implementar, consubstanciando a estratégia definida para o PNTI e as medidas que a concretizam, para o período 2018-2022.

Na sua essência, o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 pretende agregar, em torno da estratégia definida, o conjunto de projetos e ações consideradas importantes para o PNTI, que cada uma das sete entidades intervenientes no processo prioriza e pretende concretizar conjuntamente, partilhando de um mesmo objetivo: **Valorizar o PNTI**.

O Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 terá subjacente o Plano de Atuação para o período 2018-2022 (ver capítulo 7. do presente documento).

Quem elabora e executa o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022?

Enquanto documento instrumental do Projeto Piloto, a sua elaboração esteve a cargo da Direção, sendo posteriormente aprovado em sede de Conselho de Gestão, na sua reunião realizada a 28 de março de 2018. Nessa mesma reunião foi definido que, tratando-se o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 de um documento que veicula projetos e ações definidos de uma forma aberta e colaborativa, o aprovado pelo Conselho de Gestão deveria ser objeto de Consulta Pública (ver capítulo 6 do presente documento).

A sua execução será da responsabilidade de todas as sete entidades que assinaram o Protocolo de Colaboração para o Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI.

De frisar que o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 fará parte integrante do Programa de Execução e Plano de Financiamento do Programa Especial do PNTI, que está em elaboração no âmbito da recondução do Plano de Ordenamento, ao abrigo do artigo 78º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

2. Enquadramento

Qual a importância estratégica das Áreas Protegidas?

É referido no Protocolo de Colaboração assinado no âmbito do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI que:

“O património natural em território nacional é particularmente rico num país com a dimensão de Portugal e contribui, em conjunto com o seu património cultural e reconhecida paz social, para o posicionar como um destino de excelência a nível mundial. Estes são atributos que diferenciam positivamente o país no contexto internacional e que merecem a devida atenção. Parar a perda da biodiversidade, através da recuperação de ecossistemas degradados e da manutenção, valorização e valoração dos seus múltiplos serviços, é assim um fator de desenvolvimento económico, de competitividade, de qualidade de vida das populações e das comunidades e de salvaguarda dos problemas globais e dos riscos naturais.

Neste contexto, a política de conservação da natureza e da biodiversidade tem nas sociedades modernas uma dimensão e complexidade crescentes, enfrentando um duplo desafio. Assume o seu papel de serviço público e de garante da gestão ambiental do território, num quadro de conservação do capital natural, e simultaneamente constitui um importante motor de desenvolvimento local e regional.

Reconhece-se hoje que as Áreas Protegidas são alvo de uma procura crescente por diferentes grupos de interessados, designadamente pelas pessoas que pretendem uma experiência autêntica de contato com a natureza.

Sobretudo nas regiões do Interior, as Áreas Protegidas constituem, cada vez mais, pólos de atração de visitantes já relevantes, induzindo a mobilização dos recursos locais, contribuindo para promover localmente a economia e o desenvolvimento social e, deste modo, criar melhores condições para fixar pessoas nesses territórios.

O carácter humanizado de todo o território nacional é uma marca também das Áreas Protegidas, aqui com a particularidade de se terem construído equilíbrios harmoniosos entre o Homem e a Natureza. Estes equilíbrios sustentam os ecossistemas e, por isso, requerem a presença de pessoas e das atividades económicas que desenvolvem e que se pretendem que respondam a uma procura que é cada vez mais exigente e respeitadora dos valores distintivos genuínos que as Áreas Protegidas são capazes de oferecer. Acresce que a vivência das Áreas Protegidas pelos visitantes se torna plena no contato com as pessoas, as suas tradições e todo o património cultural associado, corroborando a necessidade de uma gestão próxima desta realidade, o que sublinha o ensejo de garantir uma presença mais estável.”

Como se gerem as Áreas Protegidas?

A este propósito, o Protocolo de Colaboração faz referência à gestão das Áreas Protegidas do seguinte modo:

“A gestão das Áreas Protegidas abrange dimensões relevantes no domínio ambiental, económico e social, que se complementam e que carecem de uma gestão articulada e orientada para o propósito da sua valorização e aproveitamento.

Na prossecução da política ambiental, as Áreas Protegidas constituem a infraestrutura indispensável para a concretização dos propósitos da conservação da natureza. O Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, enquanto Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza, tem como missão assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio, salvaguardar a Rede Nacional de Áreas Protegidas, através do seu planeamento integrado e articulado, assim como promover a concretização dos objetivos transversais no domínio das ações de conservação ativa e monitorização de espécies e habitats.

O desiderato de valorizar a Rede Nacional de Áreas Protegidas como uma rede coerente e consistente, não pode esquecer que a gestão particular de cada Área Protegida encerra especificidades próprias decorrentes dos valores naturais, mas também socioculturais e económicos, para as quais as entidades que estão no território detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e conhecimento do território lhes confere.

Nesse sentido, os Municípios são as entidades que melhor agregam as expectativas e oportunidades locais, pelo que, com a permanência com que interagem com os territórios sob sua jurisdição, constituem-se como parceiros essenciais para a gestão de proximidade e dinamização das valências socioculturais e económicas que concorram para a valorização das Áreas Protegidas.

Ao mesmo tempo, há vontade dos Municípios para desempenhar um papel mais interventivo na gestão dos territórios que lhes estão confiados, incluindo aqueles que estão integrados em Áreas Protegidas. Mas há, sobretudo, uma nova cultura que reconhece os valores em que assenta a conservação da natureza e que reconhece o retorno social e económico de uma gestão que os acautele e mobilize.”

Como se enquadra a gestão de proximidade na política de ambiente nacional?

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, é um instrumento fundamental da prossecução da política de ambiente neste domínio e assume o património natural português como um fator decisivo para a afirmação do país internacionalmente e como um ativo estratégico para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e nos seus valores naturais.

Para além de responder ao consenso obtido ao nível europeu e na comunidade mundial no sentido da ação urgente e estruturada para estancar a perda da biodiversidade que se regista em todo o globo, esta Estratégia tem a ambição de alcançar, ainda, uma recuperação e valorização do património natural nacional, bem como dos benefícios que se obtêm dos ecossistemas que o integram, para fomentar uma maior coesão social e territorial, para uma economia sustentável e para um crescente bem-estar partilhado por todos.

Com uma visão de longo prazo, tendo como referência o ano de 2050, a Estratégia sistematiza objetivos ordenados por prioridades a prosseguir até 2030. Estes objetivos desdobram-se num conjunto de medidas de concretização, em relação às quais se definiram indicadores, prioridades, prazos, meios de verificação, instrumentos e responsabilidades.

A ENCNB 2030 assenta em três vértices estratégicos, a saber:

- i. Melhorar o estado de conservação de *habitats* e espécies;
- ii. Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade;
- iii. Promover o reconhecimento do valor do património natural, facilitando a tomada de consciência e a sua conseqüente integração nas diferentes políticas, estratégias e práticas.

Assim, prossegue-se uma visão de longo prazo que alicerça a melhoria do estado de conservação do património natural, na progressiva apropriação do desígnio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território.

Esta Estratégia visa reforçar uma cultura de partilha e de participação. De envolvimento e de proximidade com quem está no território e faz a diferença na gestão de *habitats* ou no tratamento das espécies, com quem desenvolve atividades em harmonia com os valores presentes, incorporando conhecimento, inovação e criatividade, mas também com quem, nos diferentes setores da administração, nas organizações, academia e empresas, coloca ao serviço da conservação da natureza e da biodiversidade o que de melhor tem para oferecer no quadro do seu saber e das suas competências.

3. Breve caracterização do Parque Natural do Tejo Internacional

Onde se localiza o Parque Natural do Tejo Internacional?

O PNTI situa-se na Região Centro-Este de Portugal Continental, junto à fronteira com Espanha. Pertence à NUT III Beiras e Serra da Estrela, cobrindo uma superfície de 26.484 ha em território pertencente aos concelhos de Castelo Branco (nas freguesias de Castelo Branco, Malpica do Tejo, Monforte da Beira e na união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo), Idanha-a-Nova (na freguesia de Rosmaninhal e nas uniões de freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo e de Zebreira e Segura) e Vila Velha de Ródão (na freguesia de Perais), conforme se pode verificar na figura 1.

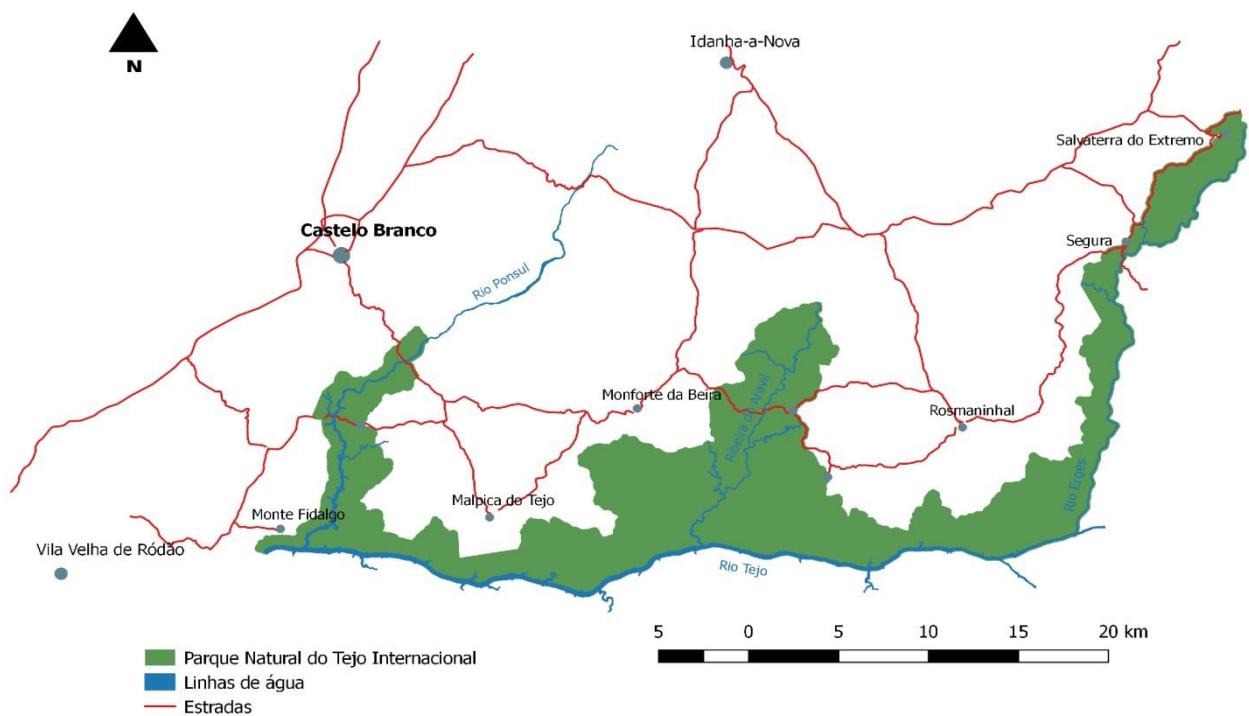


Figura 1- Mapa com os limites do PNTI (Fonte: ICNF).

Embora não exista nenhum aglomerado urbano na área do PNTI, verifica-se que, em alguns locais, o seu limite contorna algumas localidades, nomeadamente: Lentiscais, Monforte da Beira e Malpica do Tejo, no concelho de Castelo Branco; Cegonhas, Couto das Correias, Soalheiras, Rosmaninhal, Segura e Salvaterra do Extremo, no concelho de Idanha-a-Nova.

O PNTI abrange o vale do troço superior e fronteiro do rio Tejo, os vales confinantes dos rios Erges, Aravil e Ponsul e as áreas aplanadas adjacentes, onde se destacam as arribas e canhões fluviais do Tejo e seus afluentes, assim como outros biótopos característicos das paisagens meridionais, nomeadamente vastas



Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional 2018-2022

zonas de montado de sobro e azinho, estepes cerealíferas e linhas de água com comunidades vegetais ripícolas associadas, fundamentais no suporte da diversidade faunística e florística aí existente.

Como se encontra classificado?

O PNTI foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, tendo os seus limites sido posteriormente clarificados e redefinidos pelos Decretos Regulamentares n.ºs 3/2004, de 12 de fevereiro, e 21/2006, de 27 de dezembro, em resultado de estudos realizados, que identificaram outras áreas importantes para a conservação da avifauna, em zonas contíguas à Área Protegida, que justificaram a sua inclusão.

O Plano de Ordenamento do PNTI foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, com o objetivo de estabelecer um regime de gestão e salvaguarda dos valores naturais, de forma a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, assim como a manutenção e valorização da paisagem, associado ao aproveitamento racional dos recursos naturais, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e à conciliação com o desenvolvimento social e económico das populações aí presentes, essenciais à implementação do princípio da utilização sustentável do território e do garante da sua disponibilidade para as gerações futuras, o qual foi alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro, e n.º 19/2014, de 10 de março.

Neste momento está em curso a recondução do Plano de Ordenamento para Programa Especial, determinado pelo novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, cujo início do procedimento de elaboração foi determinado pelo Despacho n.º 3582/2017 de 27 de abril.

A criação deste Parque Natural justificou-se pela necessidade de promover a conservação de valores de relevante importância biológica, no sentido de assegurar condições de reprodução para espécies muito suscetíveis à perturbação, como sejam a cegonha-preta, o abutre do Egito, a águia de Bonelli, a águia-real, o grifo e o bufo-real, entre outras espécies.

Para além da conservação dos valores biológicos, evidenciam-se outros objetivos desta Área Protegida, conforme o art.º 3º do diploma que o criou:

“- Apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem-estar das populações residentes, em harmonia com a conservação da natureza;- Valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e etnológico da região, promovendo a sua divulgação e a educação ambiental;

- Ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável.”

O interesse na proteção, conservação e gestão do território abrangido pelo PNTI encontra-se demonstrado pela necessidade de assegurar a conservação dos valores naturais que estiveram na origem da classificação da referida área como Parque Natural, pelo mencionado Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, e como Zona de Proteção Especial (ZPE), pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, e com os limites ajustados pelo Decreto-Lei n.º 141/2002, de 20 de maio, no âmbito da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves), integrando, nessa medida, a Rede Natura 2000.

Desta forma, cumulativamente com o estatuto de Parque Natural, o PNTI sobrepõe-se parcialmente, numa extensa área, à **ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (PTZPEOO42)**, classificada ao abrigo da Diretiva Aves, conforme se pode observar na figura 2.

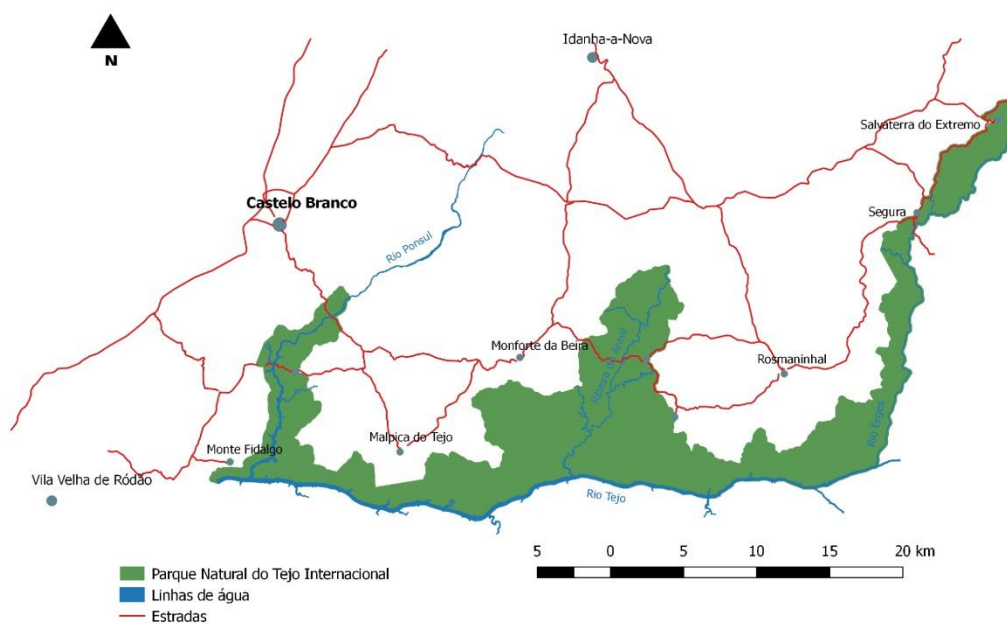


Figura 2- Limites da ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (Fonte: ICNF).

O Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, assinado em 9 de maio de 2012 e aprovado por Portugal pelo Decreto n.º 9/2013, de 9 de maio, instituiu o **Parque Internacional Tejo-Tajo**, que, na parte portuguesa, assume os limites do PNTI e que visa consolidar e fortalecer a cooperação e a coordenação da gestão deste espaço natural transfronteiriço. Complementarmente, o Parque Internacional Tejo-Tajo constitui uma das três áreas transfronteiriças integradas na Rede Nacional das Reservas da Biosfera, criada no âmbito do Programa Man & Biosphere (MaB) da UNESCO.

Estas áreas, denominadas laboratórios de desenvolvimento sustentável, prosseguem a constituição de modelos de gestão participativos, tendo em vista a proteção, valorização e dinamização do património natural e cultural, com o propósito de aprofundar e divulgar o conhecimento técnico e científico, fomentar as atividades turísticas e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A **Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional** foi aprovada na 28.ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do Programa (MaB) da UNESCO, a 19 de março de 2016. Note-se que esta classificação não colide com a sua classificação como Parque Natural ou como área integrante da Rede Natura 2000, pois é complementar e cria sinergias com o trabalho que aí se desenvolve em termos de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável.

O PNTI integra, ainda, o **Geopark Naturtejo da Meseta Meridional**, criado em 2006, que é constituído pelos Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão. Pertence à Rede Mundial de Geoparques da UNESCO, que configura um caso de sucesso na promoção de valores singulares do território, numa iniciativa em muito dinamizada pelas autarquias locais e que reforça o sentido do Projeto Piloto, que se pretende desenvolver, ancorando-se na experiência adquirida e no conjunto singular de características presentes neste território classificado.

A multiplicidade e diversidade de classificações é um bom indicador da relevância deste território, não só em termos de valores naturais, onde se identificam muitos *taxa* endémicos e/ou ameaçados a nível local, nacional e internacional e uma grande diversidade de *habitats*, mas também ao nível de espécies de interesse económico e formas tradicionais de exploração dos recursos naturais.

Como se caracteriza?

O Tejo Internacional, zona que abrange o vale do troço fronteiro do rio Tejo, bem como os vales confinantes e as zonas aplanadas adjacentes, conta com uma grande diversidade de *habitats* naturais, assim como com uma considerável variedade de usos do solo, como reflexo de uma prolongada atividade humana que remonta ao Neolítico.

O território classificado é um espaço de carácter marcadamente rural que apresenta importantes pontos fortes, valores e recursos que possibilitam um desenvolvimento sustentável na área, tais como: a existência de comunidades rurais ainda muito vinculadas à economia tradicional, uma grande riqueza paisagística e natural que se manteve quase intacta graças às práticas pouco intensivas do uso da terra, a existência de numerosos bens culturais e antropológicos suscetíveis de serem empregues como nova fonte de recursos sustentáveis, abundantes produtos tradicionais e amplas possibilidades de albergar iniciativas recreativas, educativas e produtivas respeitadoras do meio ambiente. Como exemplos podem citar-se a caça e o turismo de natureza, com diversas unidades hoteleiras instaladas para dar apoio a estas atividades, e a pesca profissional como única fonte de rendimento de algumas famílias.

Geodiversidade

O substrato sobre o qual assenta o PNTI contribui, de forma crucial, para a biodiversidade aí existente e é a base sobre a qual assenta a variedade paisagística existente. O património geológico imprime um enorme valor no território, quer do ponto de vista cultural, quer recreativo. Sendo uma parte fundamental do património natural e cultural, é parte importante da diversidade natural deste território.

O PNTI insere-se na unidade estrutural do Maciço Antigo, que se enquadra na era geológica do Pré-Câmbrico e do Paleozóico e é constituída pelas rochas mais antigas, eruptivas e metamórficas. Do ponto de vista geológico, considera-se que a zona envolvente do PNTI, com interesse, será a interceção das bacias hidrográficas, que drenam para o Parque Natural, com os aquíferos inseridos nas referidas bacias.

Apresenta ainda alguns locais de grande interesse geológico, considerados geomonumentos, nomeadamente o Canhão do Erges (ilustrado na figura 3), a Falha do Ponsul - com 300 milhões de anos e que se estende por 120 km, as Minas de Segura - onde foi explorado volfrâmio, estanho, cobre, chumbo bário e ouro e onde está implementada a Rota das Minas - e o Canhão do rio Erges em Segura e Salvaterra do Extremo. Sendo um dos afluentes do Tejo, o rio Erges é o limite fronteiro durante muitos quilómetros até desaguar no Tejo, na freguesia do Rosmaninhal.



Figura 3- Canhão do Erges (Segura).

Recursos hídricos

A Rede Hidrográfica desta Área Protegida integra a Bacia do Rio Tejo.

O PNTI situa-se ao longo dos vales do rio Ponsul, da ribeira do Aravil e do rio Erges, bem como dos seus afluentes, sendo que alguns destes se caracterizam pela presença de caudal nulo durante a época estival.

No PNTI encontra-se ainda a Albufeira do Monte Fidalgo/Cedilho, protegida pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio. A tabela 1 apresenta as principais linhas de água e seus afluentes que atravessam o PNTI.

Tabela 1- Principais linhas de água e seus afluentes existentes no PNTI.

Linha de água	Nascente	Concelho	Comprimento	Afluentes	Margem
Rio Ponsul	Serra do Ramiro	Idanha-a-Nova	79,8 km	Rib. da Farropinha Rib. de Monsanto Rib. Do Povo Rib. Vale da Baralha Rib. Vidigal	Esquerda
				Rib. de Alpreade Rib. do Barco Rib. do Cagavaio	Direita
Ribeira do Aravil	Serra da Murracha	Idanha-a-Nova	47,4 km	Rib. do Campo Rib. do Salgueiral Rib. do Gonçalves e Rib.ª da Casta	Direita
Rio Erges	Serra da Gata	Espanha	60 km	Rio de la Veja Rib.ª Trevejana	Esquerda
				Arroyo Sobreros Rio Porqueros Rio Bazágueda Rib.ª de Arades	Direita

Os cursos de água presentes no PNTI visualizam-se na figura 1 e na figura 2.

Fauna

O PNTI é uma área de reconhecida importância em termos de conservação da natureza, nomeadamente pelos valores faunísticos que alberga e em que se destacam várias espécies estritamente protegidas por convenções internacionais, algumas das quais classificadas como espécies em perigo de extinção, outras com o estatuto de vulneráveis e outras ainda consideradas raras.

É muito importante do ponto de vista ornitológico, sendo a sua comunidade de aves principalmente as que nidificam nas margens escarpadas dos rios e nas áreas envolventes, a que apresenta maior riqueza específica e também a melhor estudada e conhecida relativamente às outras comunidades faunísticas.

Os dados existentes permitem fazer um inventário bastante completo, existindo também alguma informação sobre as abundâncias relativas e padrões de distribuição de muitas espécies. Até ao momento foram inventariadas 179 espécies de aves no PNTI. Estão ainda identificadas 39 espécies de mamíferos, 17 espécies de répteis, 13 espécies de anfíbios, 18 espécies de peixes, mais de 400 espécies de lepidópteros e 32 espécies de odonatas.

A avifauna assume um destaque particular com a ocorrência de espécies como a águia-imperial-ibérica, o abutre-preto, a cegonha-preta, o cortiçol-de-barriga-branca, o chasco-preto, o abutre do Egito, a águia de Bonelli, a águia-real, o grifo, o bufo-real, o peneireiro-das-torres, o abibe, o corvo-marinho-de-faces-brancas e o papa-figos.

É de referir que as aves rupícolas são especialmente vulneráveis em virtude de se encontrarem dependentes das áreas escarpadas para fazerem os seus ninhos. Estas aves (cegonha-preta, chasco-preto, abutre do Egito, grifo, águia de Bonelli e águia-real) nidificam atualmente nas zonas escarpadas dos rios Erges, Aravil, Tejo e, em menor número, no Ponsul.

No PNTI e na sua área envolvente encontram-se também áreas de bosque mediterrânico muito importantes, que constituem zonas de nidificação de espécies muito ameaçadas, como a águia-imperial-ibérica e o abutre-preto.

Nos cursos de água presentes no PNTI ocorrem populações de diversas espécies de peixes ameaçados e endémicos da Península Ibérica, nomeadamente alguns peixes com o estatuto de “raro”, como a boga-de-boca-arqueada.

A comunidade herpetológica é muito extensa e representativa das regiões mediterrânicas. Para além de espécies muito comuns e amplamente distribuídas, conta com outras incluídas nos catálogos de espécies ameaçadas, tanto de Espanha como de Portugal, como são os casos do lagarto-d'água, do cágado-de-carapaça-estriada ou da rã-ibérica.

Flora

A flora existente no PNTI é bastante rica e diversificada. São conhecidas 610 espécies pertencentes a 92 famílias, das quais 31 espécies são cultivadas (fruteiras, arvenses, florestais e ornamentais).

Do ponto de vista de vegetação, este Parque Natural apresenta comunidades típicas dos ecossistemas mediterrânicos, destacando-se no coberto vegetal, para além do montado de sobro e azinho, matagal mediterrânico com azinheiras, medronheiros, carrascos, terebintos, adernos e lentiscos, formações termófilas de estevais, rosmaninhais e retamais, formações arbustivas, mais ou menos abertas com oliveiras e zambujeiros, e vegetação das linhas de água, com destaque para os tamujais e as galerias ripícolas de salgueiros.

Caça e recursos cinegéticos

A atividade cinegética na área do PNTI tem grande expressão devido à elevada percentagem de zonas de caça existentes neste território. De acordo com o relatório do Plano de Ordenamento do PNTI, cerca de 90% da sua área está sob regime cinegético especial, existindo zonas de caça turística, municipal e associativa, conforme pode ser verificado no mapa que consta na figura 4.

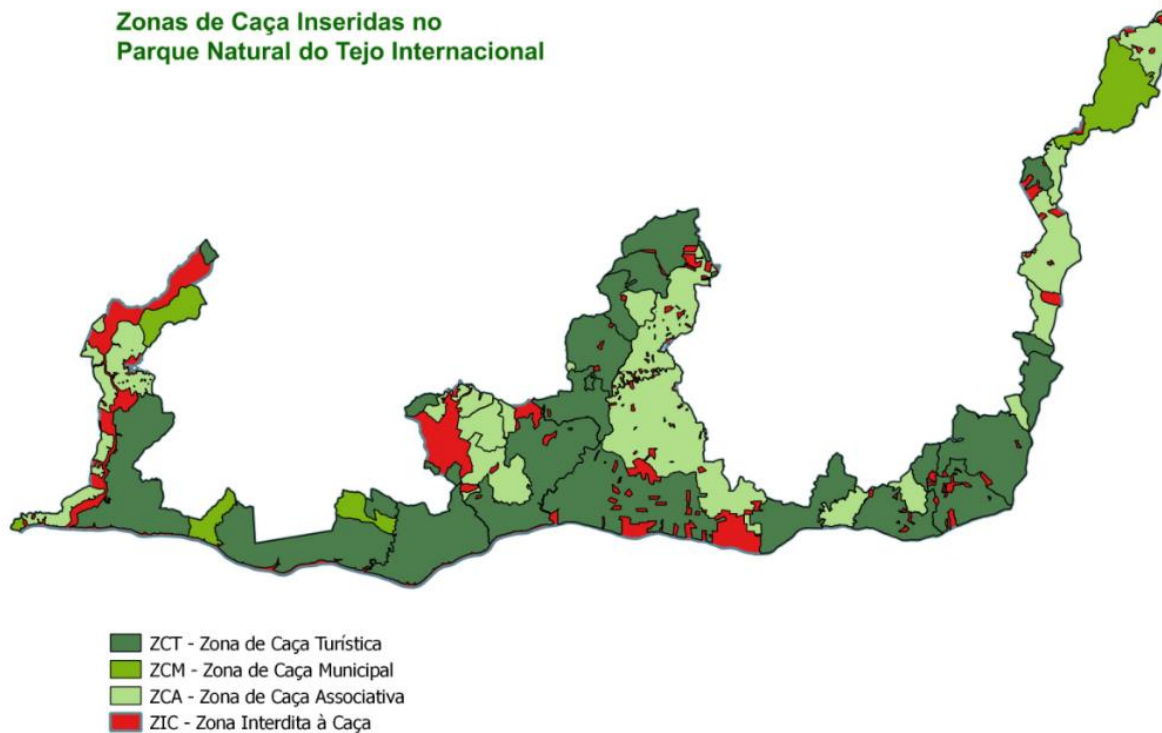


Figura 4- Zonas de caça inseridas no PNTI (Fonte: ICNF).

Património arqueológico

Na Carta Arqueológica do Tejo Internacional, elaborada pela Associação de Estudos do Alto Tejo, é identificado um número significativo de sítios de interesse arqueológico e monumentos megalíticos. Nos aglomerados urbanos existem alguns imóveis de interesse público e conjuntos edificados, correspondendo à tipologia característica da zona, como os montes, os arraiais, as furdas ou muralhas e os muros apiários, dispersas no exterior dos aglomerados, constituindo alguns aspetos interessantes de arquitetura rural tradicional.

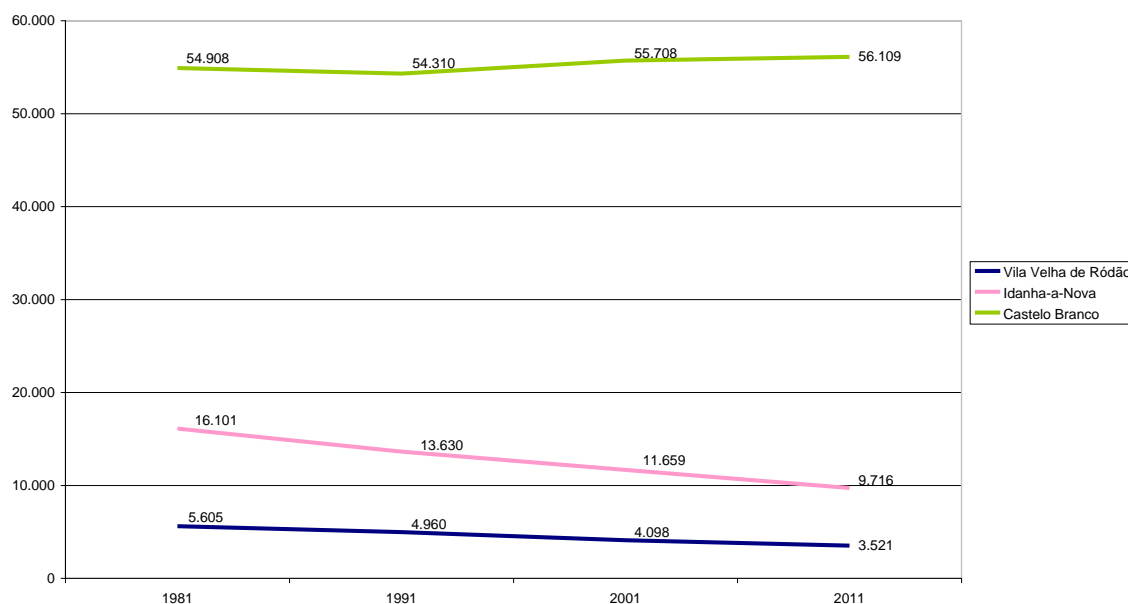
Como evoluiu a demografia neste território?

A área inserida no PNTI, situado na região da Beira Interior Sul, e muito à imagem de toda a zona raiana, possui uma baixa densidade populacional e tem vindo a decrescer ao longo dos últimos 30 anos, conforme se visualiza na tabela 2 e no gráfico 1.

Tabela 2- Evolução da população residente na área de abrangência do PNTI (Fonte: INE)

Concelho	1981	1991	2001	2011	Diferencial 1981-2011
Castelo Branco	54.908	54.310	55.708	56.109	↑ 1.201
Idanha-a-Nova	16.101	13.630	11.659	9.716	↓ 6.385
Vila Velha de Ródão	5.605	4.960	4.098	3.521	↓ 2.084
Total	76.614	72.900	71.465	69.346	↓ 7.268

Gráfico 1- Evolução da população residente nos três concelhos pertencentes ao PNTI.



De acordo com os últimos Censos de 2011, a densidade populacional nos concelhos inseridos no PNTI é de 39 habitantes/km² em Castelo Branco, 6,9 habitantes/km² em Idanha-a-Nova e 10,7 habitantes/km² em Vila Velha de Ródão, como se pode verificar na tabela 3.

Tabela 3- População residente nos concelhos pertencentes ao PNTI (Fonte: Censos 2011, INE).

Concelho	Habitantes/ km ²	Freguesia	População em 2011
Castelo Branco	39	Castelo Branco	35.242 hab.
		Cebolais de Cima	1.026 hab.
		Malpica do Tejo	517 hab.
		Monforte da Beira	378 hab.
Idanha-a-Nova	6,9	Rosmaninhal	537 hab.
		Salvaterra do Extremo	170 hab.
		Segura	176 hab.
Vila Velha de Ródão	10,7	Perais	510 hab.
TOTAL			38.556 hab.

De referir que, com o abandono da terra ou a transformação do uso do solo, aliados à atual situação da agricultura, são também os valores faunísticos e florísticos existentes que são ameaçados. Dada a natureza e importância desses valores e com o objetivo de os salvaguardar, em estreita cooperação com as populações residentes, no respeito pela propriedade privada, apoiando a agricultura e as atividades agro-pastoris tradicionais, colaborando no ordenamento cinegético e promovendo o desenvolvimento sustentado da região, justificou-se a criação do PNTI.

As circunstâncias demográficas existentes, associadas às atividades que a população residente ainda exerce, nomeadamente os sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris, em regimes de sequeiro extensivo, têm permitido a manutenção destes valores naturais.

Como se caracteriza o uso atual do solo nesta Área Protegida?

O conhecimento do uso atual do solo é de capital importância para o desenvolvimento de estratégias de valorização do território.

A Carta de Ocupação do Solo (COS) é, assim, um instrumento valioso para caracterizar corretamente os usos existentes no território do PNTI. Segundo os dados da sua versão mais recente, de 2015, ainda em validação final, e que se sintetizam na tabela 4 e na figura 5, esta Área Protegida é dominada pelas áreas florestais, fundamentalmente de azinho e eucalipto, às quais se juntam áreas de pastagens, de matos e os sistemas agroflorestais. A agricultura possui ainda alguma representatividade.

Tabela 4- Uso Atual do Solo no PNTI – Megaclasses da COS 2015.

Megaclasses	Área (ha)	Área (%)
Territórios artificializados	13,9	0,1%
Agricultura	1.458,2	5,5%
Pastagens	2.946,2	11,1%
Sistemas agroflorestais (SAF)	2.397,4	9,1%
Florestas	15.768,3	59,5%
Matos	3.103,3	11,7%
Espaços descobertos ou com vegetação esparsa	58,6	0,2%
Corpos de água	736,1	2,8%
Total	26.482,0	

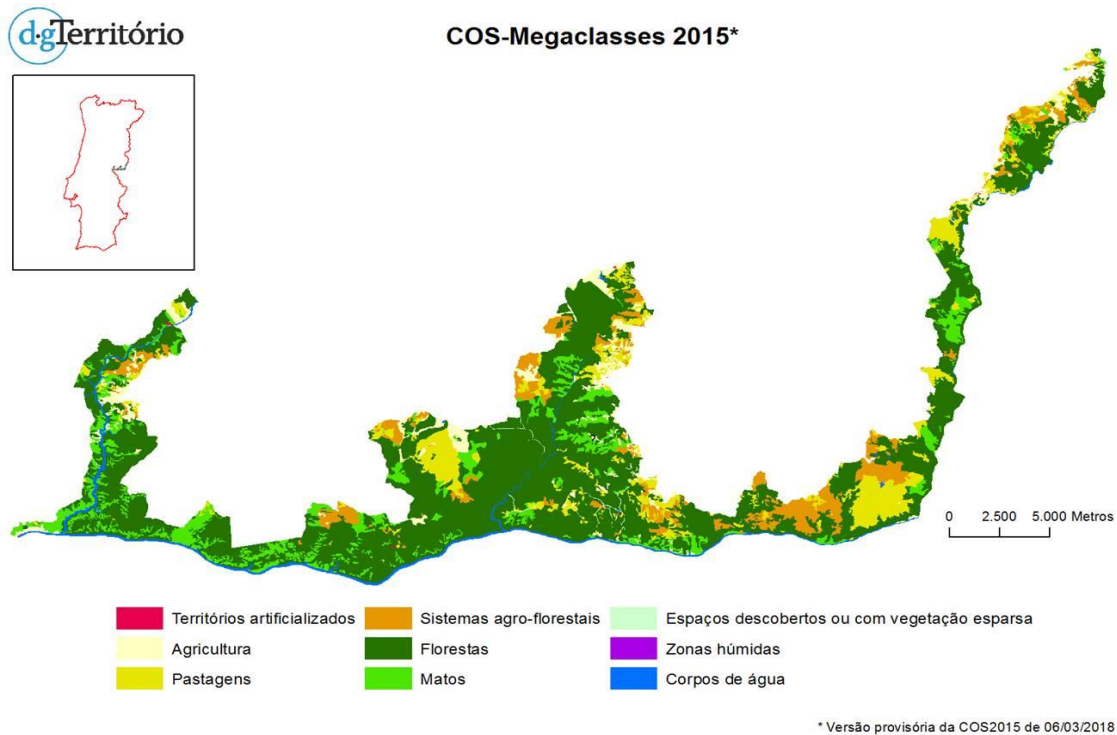


Figura 5- Uso Atual do Solo no PNTI – Megaclases da COS 2015.

A COS permite desagregar os grandes usos do território acima descritos em classes de maior pormenor, conforme consta na tabela 5 e figura 6, onde é possível identificar concretamente de que forma é que cada uma das principais classes de uso do solo se implanta no território do PNTI.

Esta desagregação permite perceber, por exemplo, quais as espécies florestais com maior área ocupada nesta Área Protegida, permitindo também distinguir as culturas agrícolas entre outras ocupações existentes.

Tabela 5- Uso Atual do Solo no PNTI – Classes da COS 2015.

COS2015	Área (ha)
Tecido urbano contínuo	2,3
Tecido urbano descontínuo	5,7
Indústria, comércio e equipamentos gerais	5,9
Culturas temporárias de Sequeiro e Regadio	572,5
Olivais	749,8
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	85,6
Sistemas culturais e parcelares complexos	33,6
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	16,6
Pastagens permanentes	2.475,4
Vegetação herbácea natural	470,7
SAF* de sobreiro	380,6
SAF de azinheira	1.752,6
SAF de outras espécies	30,6
SAF de sobreiro com azinheira	219,5
SAF de outras misturas	14,1
Florestas de sobreiro	972,7
Florestas de azinheira	8.498,3
Florestas de eucalipto	5.823,6
Florestas de outras folhosas	42,8
Florestas de pinheiro bravo	185,1
Florestas de pinheiro manso	147,8
Florestas de outras resinosas	98,1
Matos	3.103,3
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	58,6
Cursos de água	717,6
Planos de água	18,5
Total	26.482,0

* SAF – Sistemas agro-florestais

d.gTerritório

COS 2015*

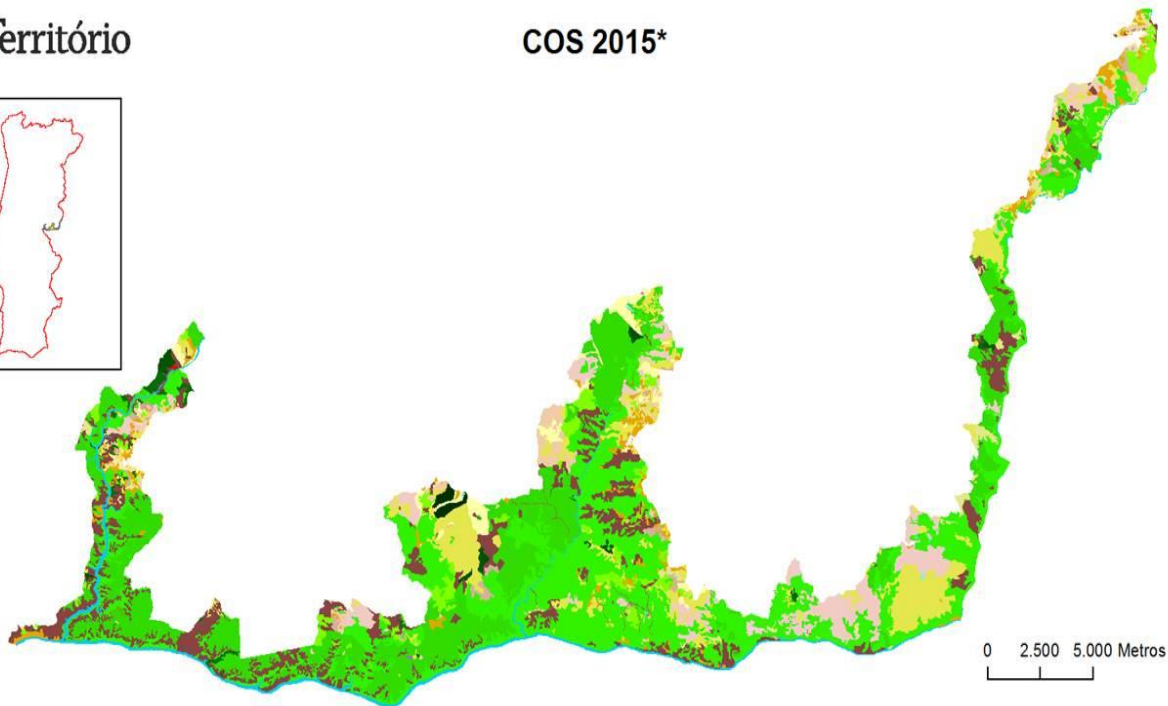
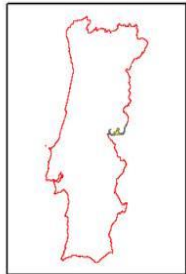


Figura 6- Uso Atual do Solo no PNTI – Classes da COS 2015.

Desta análise mais fina destaca-se a elevada representatividade das áreas de floresta de azinheira e de eucalipto, representando estas duas classes mais de 50% da área do PNTI. O azinho domina, ao qual se podem ainda juntar os sistemas agroflorestais de azinheira, representando estas duas classes quase 40% do território.

O eucalipto possui uma expressão de cerca de 22% da área do PNTI, demonstrando a sua importância em termos de ocupação, mas principalmente identificando aqui um conjunto de áreas com potencial para a sua alteração para outros usos.

O sistema agropecuário é dominado pelas pastagens permanentes e áreas de vegetação herbácea natural, às quais se juntam as culturas de sequeiro e regadio e os olivais.

4. Fatores críticos de e para a mudança

O que é crítico neste território?

No cerne da criação do PNTI esteve a necessidade de conservar e valorizar o património natural existente, apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico, valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e etnológico da região e ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, nomeadamente as atividades cinegéticas e a pesca na área do Tejo Internacional.

Desde a sua génese, que se verifica a **falta de identificação da população residente com o Parque**, em parte pelo facto de, apesar do envolvimento da população, a discussão ter sido focada nas limitações e nos constrangimentos que o PNTI iria acarretar, no processo da sua criação. Ao longo dos anos, esta lacuna nunca foi ultrapassada, tendo mesmo sido agravada pelo escasso contacto entre os técnicos do PNTI e as populações, bem como do parco envolvimento da população nas atividades desenvolvidas, situação bastante referenciada nos inquéritos de levantamento de opinião, retratados no capítulo 6 deste documento. Nesses inquéritos é também diversas vezes referida a **insuficiente sinalética** e a quase inexistência de sinalética de limitação do Parque.

O território desta Área Protegida conheceu diferentes transformações, desde meados do século XX, primeiro com as alterações do uso do solo pelas atividades agro-silvo-pastoris, depois com a construção de uma importante infraestrutura hidroelétrica e, por fim, com o progressivo abandono da terra e a crescente importância da exploração cinegética, especialmente de caça maior.

A construção da barragem de Monte Fidalgo/Cedillo, concluída em 1974, configurou uma profunda alteração no território.

Atualmente, a **degradação da qualidade da água rio Tejo**, evidenciada pela eutrofização e resultante das descargas de efluentes domésticos e industriais, bem como pela poluição difusa com origem na agricultura e pela redução do seu caudal, é uma das principais fragilidades ambientais do território.

A utilização de terrenos com pouca aptidão agrícola e silvícola para a **plantação de extensas áreas de povoamentos de eucalipto** (que ocupam cerca de 22% da Área Protegida), conforme se observa na figura 7, com a destruição de áreas de vegetação autóctone, produziu significativos impactes ao nível do empobrecimento dos solos e com a perda de *habitats* essenciais para espécies de fauna com estatuto de conservação relevante.



Figura 7- Área de povoamento de eucalipto (Foto: CMVVR).

A **construção de edificações dispersas e de outras infraestruturas** – caminhos, aceiros e redes de distribuição de energia elétrica, as **atividades turísticas não ordenadas** e a **navegação fluvial não autorizada**, nos troços dos rios Tejo, Ponsul, Aravil e Erges, particularmente em época de nidificação (período crítico sob o ponto de vista de conservação da avifauna rara ou ameaçada que aí se reproduz), constituem também **fatores de perturbação significativos**.

Atualmente, verifica-se que o **abandono de práticas agrícolas tradicionais** contribui para a degradação dos *habitats* seminaturais e que a **gestão deficiente de algumas zonas de caça** promove a delapidação de espécies cinegéticas e de espécies protegidas quer seja pela prática incorreta da actividade, pelo uso ilegal de venenos ou pelo abate a tiro de espécimes.

O que se pretende mudar no PNTI?

A instituição do Plano de Ordenamento do PNTI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, e alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro, e n.º 19/2014, de 10 de março, permitiu a regulamentação de usos e de atividades, contribuindo para o adequado ordenamento e gestão do território.

No entanto, constata-se a necessidade da adoção de **ações de gestão no terreno dirigidas à manutenção e à recuperação do património natural e cultural do PNTI**, incidindo, sobretudo, na melhoria da eficácia dos mecanismos de controlo de gestão, de vigilância e de fiscalização.

Deste modo, considera-se essencial intensificar as **ações de vigilância e de fiscalização**, com incidência terrestre e fluvial dentro da área do PNTI, e garantir uma maior articulação entre as diversas entidades fiscalizadoras, quer nacionais, quer espanholas.

Reconhece-se que é fundamental fomentar a **interação com as populações residentes no PNTI**, para fortalecer a sua identificação com o Parque Natural. Por outro lado, é fundamental a existência de uma imagem atrativa e facilmente identificável, bem como de **materiais de divulgação** dos valores naturais, patrimoniais e culturais desta área protegida e do território onde esta se insere.

Considera-se igualmente essencial o **reforço da sinalética** (exemplos ilustrados na figura 8), sobretudo nos locais de maior sensibilidade, para limitação à navegação nos troços com a presença de espécies ameaçadas. É igualmente necessário a **colocação de infraestruturas** e de **sinalética informativa**, com referência aos locais de interesse do PNTI, estabelecendo *portas de entrada* no PNTI, que direcionem as visitas para locais específicos e limitem a perturbação das espécies de fauna e locais de interesse arqueológico mais sensíveis.



Figura 8- Exemplos de alguma sinalética existente no PNTI.

Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional 2018-2022

Verifica-se também a **necessidade da recuperação da vegetação autóctone** e a **realização de ações concretas de conservação dos valores naturais**, direcionadas para as espécies como a águia-imperial-ibérica, o abutre-preto, a cegonha-preta, o cortiçol-de-barriga-branca, o abutre do Egito, entre outras.

É também importante promover a **conservação dos diferentes habitats**, apostando na manutenção da tranquilidade dos locais de nidificação e de alimentação das espécies prioritárias para a conservação, na manutenção e incremento de manchas montados de sobro e azinho, na manutenção das áreas de matagal mediterrânico e na substituição das áreas de eucaliptal improdutivo por montados ou outros tipos de formações naturais.

É essencial, também, assegurar a **manutenção das práticas agro-silvo-pastoris tradicionais de carácter extensivo**, mesmo que incorporando inovação e criatividade, e garantir uma **correta gestão cinegética** neste território, visando uma exploração equilibrada das espécies cinegéticas, como o coelho-bravo, a perdiz, o veado e o javali, essenciais à manutenção em estado de conservação favorável de muitas espécies ameaçadas.

É urgente voltar a **tornar disponível alimento para as aves necrófagas** (figura 9), pondo em prática os Regulamentos comunitários em vigor nesta matéria.

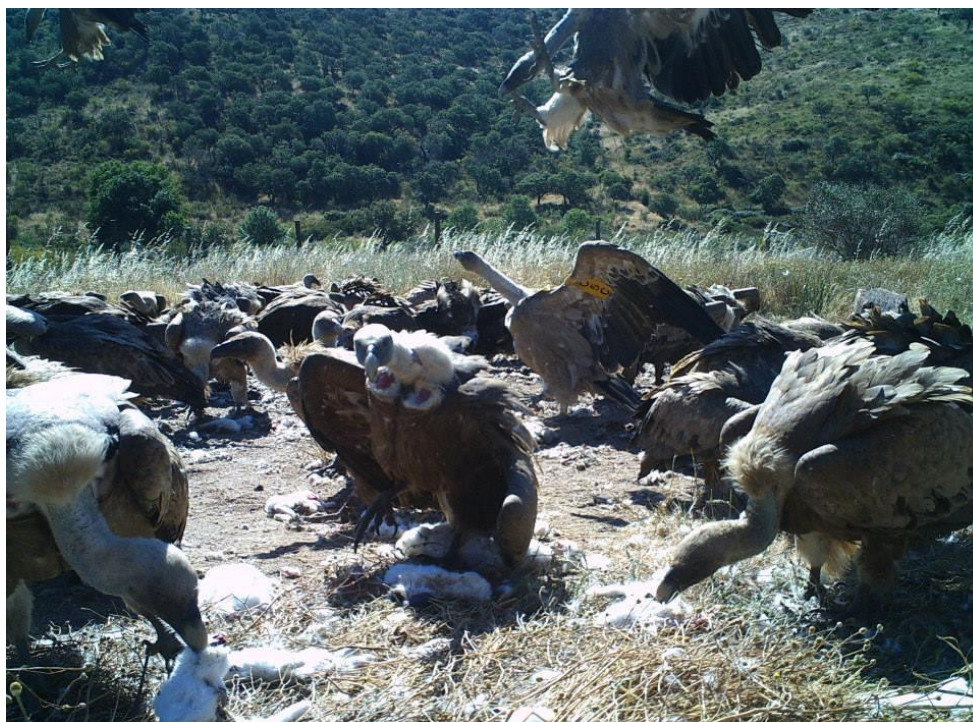


Figura 9- Pormenor do alimentador de aves necrófagas, Monforte da Beira (Foto: Quercus).

5. Grandes desafios para a gestão do Parque Natural do Tejo Internacional

Como se posiciona o PNTI estrategicamente?

Não obstante o identificado no capítulo anterior (fatores críticos e fatores que se pretendem mudar), considerou-se que, estando a ser elaborado um Plano de Valorização para o PNTI, seria fundamental saber como se posiciona o PNTI estrategicamente.

Esta análise de cenário foi sendo amadurecida e discutida em sede das reuniões de Direção e de Conselho de Gestão, que foram realizadas com vista à elaboração do Plano de Valorização.

Assim, a posição estratégica do PNTI passa pela interpretação da matriz, que consta na tabela 6 e que consiste numa análise de cenário, que traça, de um modo simples, a realidade existente neste local.

Tratando-se de um diagnóstico sobre esta área, esta análise de cenário constitui um passo importante para a posterior formulação estratégica, que se pretende concretizar com o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 e com cuja implementação se pretende alavancar a mudança necessária para este território.

Sendo as **forças** e as **fraquezas** identificadas nesta matriz decorrentes de **fatores internos** ao próprio PNTI, será fundamental que nas opções futuras para a sua gestão seja potenciado o que possui de positivo e que sejam reduzidos os pontos fracos sinalizados.

Já as **oportunidades** e as **ameaças** identificadas constituem antecipações do futuro e estão relacionadas a **fatores externos**, que permitem a identificação de aspetos que podem constituir constrangimentos (as ameaças) à implementação de determinadas estratégias definidas, bem como outros que podem ser alavancas (as oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o futuro do PNTI.



Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional 2018-2022

Tabela 6- Análise de cenário da realidade existente no PNTI - FATORES INTERNOS (controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNTI).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Rede Natura 2000 – Zona de Proteção Especial Tejo Internacional, Erges e Ponsul, Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo da UNESCO, Parque Internacional Tejo-Tajo, e Geopark Naturtejo (Geoparque Mundial da UNESCO). 2. <i>Habitats</i> e espécies prioritários para a conservação da natureza. 3. Número significativo de geomonumentos de elevada importância. 4. Património geológico, arqueológico, histórico, cultural e tradicional de relevante interesse nacional e internacional. 5. Rede de rotas e percursos pedestres, com potencial de valorização e de reforço. 6. Elevada qualidade do céu noturno. 7. Elevado potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, em áreas como conservação da natureza, sustentabilidade de territórios rurais, património, etc.. 8. Centralidade face à proximidade com a fronteira espanhola. 9. Qualidade dos produtos agroalimentares (azeite, borrego, cabrito, queijo e enchidos). 10. Manutenção dos elementos estruturais da paisagem rural com interesse para a biodiversidade (muros de pedra e de taipa/adobe, sebes, marouços, fontes, charcas, lagoas, cômoros, faixas não cultivadas, entre outros). 11. Projeto Tejo Internacional desenvolvido pela Quercus na área do PNTI. 12. Marca Natural.PT, que divulga produtos e serviços na Rede Nacional de Área Protegidas, já com uma estrutura consolidada. 13. Historial de trabalho conjunto com os congéneres espanhóis (monitorização de avifauna rupícola e de ações de vigilância nos cursos de água). 14. Centro de Interpretação Ambiental de Castelo Branco e Centro Interpretativo da Biodiversidade (CIB) de Terras de Idanha, em Segura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Insuficiente conhecimento sobre estado, distribuição e conservação dos valores naturais de fauna e flora, garantindo uma monitorização sistemática. 2. Falta de conhecimento sobre o estado de conservação dos cursos e massas de água superficiais, aquíferos e ecossistemas associados às zonas húmidas da área do PNTI. 3. Espécies exóticas invasoras que podem comprometer, no futuro, a conservação de <i>habitats</i> e espécies ameaçadas, bem como das próprias paisagens. 4. Descontinuidade do Plano Zonal Agro-Ambiental do PNTI. 5. Gestão deficiente de algumas zonas de caça, compatibilizada com a conservação dos valores naturais, especialmente dos ameaçados. 6. Constrangimentos relativos à gestão do PNTI por parte do ICNF, devido à sua forma de organização e falta de recursos. 7. Falta de estratégia de comunicação e divulgação do PNTI. 8. Insuficientes ações de vigilância, falta de controlo e falta de consequências atribuídas pelas autoridades responsáveis. 9. Falta de articulação entre as diversas entidades competentes, nacionais e espanholas. 10. Sinalética insuficiente sobre o PNTI, quer de aproximação, quer de informação e divulgação. 11. Insuficientes vias de acesso e infraestruturas associadas à paisagem e à observação e usufruto da biodiversidade. 12. Fortes obstáculos físicos decorrentes do meio natural, tanto de origem topográfica como de tipo edáfico.



Tabela 6 – Análise de cenário da realidade existente no PNTI - FATORES EXTERNOS (não controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNTI).

OPORTUNIDADES (como alavancas)	AMEAÇAS (como constrangimentos)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da procura turística em Portugal. 2. Tendência crescente da procura de turismo de natureza, com boas condições de visitação, formação adequada de recursos humanos, roteiros temáticos distintos e rede de apoio em termos de restauração e alojamento. 3. Elevado potencial para o turismo ornitológico, com a presença de elevado número de espécies tipicamente mediterrânicas e nidificação de espécies raras com elevado valor para a conservação como a águia-imperial-ibérica, o abutre-preto, a águia de Bonelli, a cegonha-preta, o abutre do Egipto, o cortiçol-de-barriga-branca, a águia-real e o chasco-preto. 4. Potencial de procura de visitação de áreas de interesse arqueológico e geológico, em harmonia com a preservação dos valores naturais. 5. Aumento da procura e valorização dos produtos resultantes das atividades rurais tradicionais (através da diferenciação). 6. Aposta nacional numa floresta mais resiliente ao fogo sem pôr em causa a preservação da biodiversidade. 7. Inovação ao nível de turismo centrado em atividades como ornitologia, astronomia, desporto de natureza não motorizado, agroturismo, património histórico e cultura popular e tradicional. 8. Apetência para a criação de novas economias locais sustentáveis. 9. Promoção de atitudes favoráveis ao ambiente e à vivência no PNTI, reforçando o sentido de pertença da população e dos seus atores chave. 10. Pré-disposição para adesão a ações de sensibilização e formação ambiental, sobretudo quando dirigidas à população mais jovem. 11. Proximidade com Espanha. 12. Potencial de investimento na economia de carbono. 13. Gestão colaborativa do PNTI. 14. Forte e vincada ruralidade assente numa dependência quase total da produção primária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de sentido de pertença da população residente em relação ao PNTI. 2. Território que é dos mais envelhecidos e despovoados de Portugal. 3. Extensa área privada, dentro do PNTI, o que impede a mobilidade neste território 4. Falta de disponibilidade de emprego. 5. Progressiva deterioração e abandono do sistema agro-silvo-pastoril tradicional e desvalorização de alguns produtos (leite, carne de borrego, lã, etc.). 6. Elevados níveis de erosão e compactação dos solos por causas antrópicas. 7. Paisagens homogeneizadas e degradadas, resultado das alterações no uso do solo e da cobertura vegetal (por exemplo devido à plantação de eucaliptais pouco produtivos). 8. Proliferação de apiários “intensivos”. 9. Utilização de agroquímicos nos terrenos agrícolas e nos centros urbanos das aldeias limítrofes ao PNTI. 10. Mortalidade não natural de algumas espécies (uso de venenos e abate a tiro). 11. Declínio e problemas fitossanitários dos montados. 12. Declínio e problemas sanitários com populações de coelho-bravo, veado e javali (mixomatose, doença hemorrágica viral, tuberculose, triquinose). 13. Densidades elevadas de ungulados silvestres, que podem colocar em causa a manutenção e recuperação de <i>habitats</i> de elevada importância para a biodiversidade e para algumas espécies ameaçadas em particular. 14. Tendências para aumento risco de incêndio devido às alterações climáticas. 15. Utilização da albufeira e de outros pontos sensíveis como locais para atividades de lazer (navegação a motor, canoagem, pesca, fotografia, passeios pedestres), atividades agro-silvo-pastoris (abertura e limpeza de caminhos, desmatagens) e medidas de gestão para a defesa contra incêndios. 16. Diminuição de caudal e degradação da qualidade da água do rio Tejo e dos seus afluentes. 17. Barreiras nas principais linhas de água que atravessam o PNTI e que provocam a falta de conectividade nos cursos de água. 18. Navegação não autorizada nos troços dos rios Tejo, Ponsul, Erges e Aravil. 19. Atividades antrópicas diversas com forte perturbação dos locais de nidificação ou de alimentação das diferentes espécies de avifauna ameaçada. 20. Turismo não ordenado. 21. Prática de todo-o-terreno não autorizado, com destruição de vegetação e perturbação das espécies ameaçadas. 22. Áreas sem cobertura de rede móvel e de internet. 23. Construção de edificações dispersas e outras infraestruturas (caminhos e aceiros ilegais e redes de distribuição de energia elétrica). 24. Área urbana de génese ilegal, no vale do rio Ponsul, e diversas edificações e outras infraestruturas ilegais (algumas em áreas de elevada sensibilidade).

Quais são as áreas-chave em que se pretende apostar?

Em sede das reuniões de Direção e de Conselho de Gestão, que foram realizadas com vista à elaboração do Plano de Valorização, foram identificados três áreas-chave como sendo prioritárias a desenvolver no âmbito do Projeto Piloto: “Identidade do PNTI”, “Gestão Cinegética e Conservação da Natureza” e “Desenvolvimento Económico Sustentado”, a saber:

1. *Identidade do PNTI* – constata-se a necessidade de melhorar a articulação de atuação dos vários interlocutores, em particular junto das populações residentes nesta Área Protegida, para reforçar a sua identificação com o Parque Natural e o seu sentido de pertença ao mesmo e ao território onde este se integra. Por outro lado, é imprescindível a existência de uma imagem apelativa e facilmente reconhecível, bem como de materiais de divulgação associados aos valores naturais e patrimónios desta Área Protegida e ao território onde este se integra. Por outro lado, é imprescindível a existência de uma imagem apelativa e facilmente reconhecível, bem como de materiais de divulgação associados aos valores naturais e patrimónios desta Área Protegida .
2. *Gestão Cinegética e Conservação da Natureza* – o estabelecimento de um quadro normativo de referência que permita compatibilizar, de forma harmoniosa e equilibrada, as atividades e as práticas cinegéticas com os princípios e os valores de conservação da natureza, é um desafio primordial para o PNTI. O desenvolvimento deste tema prioritário exige a concertação com os gestores de zonas de caça e o aprofundamento do conhecimento dos impactes da atividade cinegética na prevalência dos valores naturais e da biodiversidade.
3. *Desenvolvimento Económico Sustentado* – considerando que o apoio às atividades humanas tradicionais e ao desenvolvimento económico, tendo por base os recursos endógenos do PNTI, permanece aquém das expectativas, entende-se ser fundamental apoiar a dinamização da economia local, circular e sustentável, com base nos serviços e produtos de qualidade, inovadores e diversificados, que contribuam para a valorização do património natural. A gestão sustentável dos ecossistemas agro-silvo-pastoris é essencial para a manutenção e o desenvolvimento das explorações agrícolas tradicionais, assim como para a valorização do território e para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, em harmonia com a conservação de espécies e *habitats* prioritários. Também a economia do carbono pode ser um instrumento interessante para o desenvolvimento económico deste território.



Neste contexto, na 6ª reunião de Conselho de Gestão realizada a 9 de janeiro de 2018, no Rosmaninhal tomou-se a decisão de criar um grupo de trabalho específico para o tema “Gestão Cinegética e Conservação da Natureza”, com a finalidade de definir um conjunto de boas práticas a serem implementadas no PNTI por forma a conseguir-se encontrar um equilíbrio entre a conservação da natureza e a gestão cinegética, cuja constituição e coordenação se identificam no **Anexo 3** ao presente documento.

Por outro lado, e tendo este Projeto Piloto um propósito vincado de gestão colaborativa e de proximidade, o envolvimento dos atores chave com influência na área do PNTI (assunto que é detalhado no capítulo 6. do presente documento) será uma outra área-chave incontornável, tendo também em conta as boas práticas desenvolvidas noutros exemplos de cogestão.

Estas reflexões, ao nível das áreas-chave em que se pretende apostar no futuro do PNTI, estiveram subjacentes no delinear dos eixos de atuação estratégicos (explicitados no capítulo 7. do presente documento).

6. Auscultação de atores chave

Quem são os atores chave?

Os atores chave no território afeto ao PNTI foram identificados ao longo das reuniões da Direção e do Conselho de Gestão.

Além dos membros do Conselho Estratégico do PNTI, definidos no Despacho n.º 6086/2015, de 4 de junho, e dos presidentes das juntas de freguesias que integram este território, os restantes atores chave foram organizados por área setorial: restauração, hotelaria, cinegética, grandes proprietários, associações do setor primário, operadores turísticos, associações culturais e ambientais. Foram também identificadas “outras entidades”, que não encaixam em nenhuma das categorias atrás mencionadas, nomeadamente o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da GNR (SEPNA), a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), Paróquias, inúmeras associações do setor turístico, entre outras.

Deste modo, elaborou-se uma listagem com todos os atores chave, que se apresenta no **Anexo 4**, que constituem importantes parceiros para a avaliação e a execução do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

Como foram auscultados?

Em reunião de Direção, decidiu-se desenvolver um inquérito aberto a todas os cidadãos, com mais de 18 anos, residentes nos três concelhos de abrangência do PNTI e/ou que conhecem o Parque Natural e/ou que exerçam a sua atividade neste território.

Deste modo, entre fevereiro e março de 2018 esteve em curso um inquérito de opinião sobre o PNTI (que se apresenta no **Anexo 5**), que esteve disponível nos sítios da Internet dos três municípios que o integram (Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão) e também nos sítios do ICNF, do IPCB, da Quercus e da AEBB.

Este inquérito pretendeu aferir a sensibilidade da população relativamente à perceção da influência do Parque Natural nas suas atividades, bem como identificar constrangimentos e sugestões de melhoria. Teve ainda como objetivo recolher sugestões e contributos para a construção do Plano de Valorização do PNTI para o período entre 2018-2022.

Pretendeu-se, assim, reforçar uma cultura de partilha e de participação, de envolvimento e de proximidade com quem está no território e faz a diferença.



Qualquer cidadão, maior de idade, pôde dar o seu contributo sobre medidas ou iniciativas que gostaria de ver implementadas no âmbito da valorização do PNTI e registar ainda os constrangimentos ou dificuldades que sente em iniciativas ou atividades que pretende desenvolver ou já desenvolve naquele território.

Qual foi o resultado desta auscultação?

O inquérito está dividido em cinco partes, a saber:

- 1) Caraterização dos respondentes;
- 2) Caraterização da entidade/empresa que representa;
- 3) Sobre o Parque Natural do Tejo Internacional;
- 4) Centros de Interpretação alusivos ao PNTI;
- 5) Propostas de melhoria/constrangimentos.

Até 31 de março de 2018 foram obtidas 105 respostas a este inquérito, cujos resultados são seguidamente tratados e analisados.

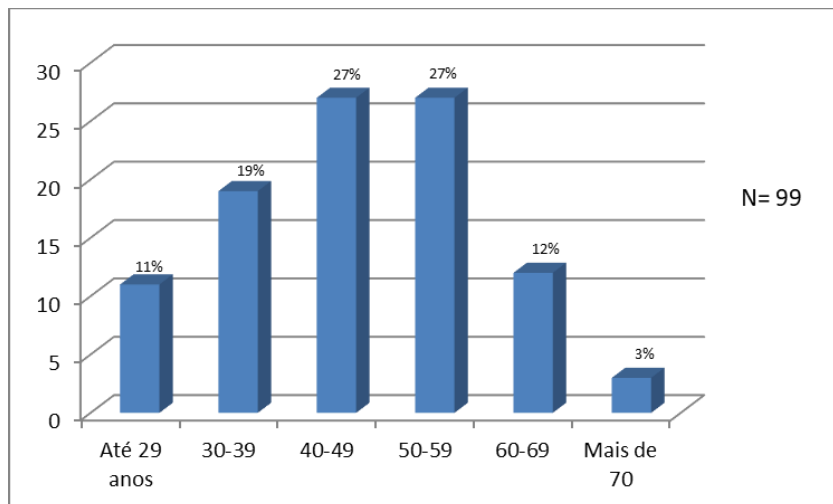
Uma vez que não havia qualquer pergunta de resposta obrigatória o número de respostas (N) é variável de pergunta para pergunta.

a) Caracterização dos respondentes

A caracterização dos inquiridos foi elaborada de acordo com os resultados das respostas às perguntas sobre a faixa etária, género, nível de formação, atividade profissional e freguesia de residência. Apurou-se ainda se o questionado respondia na qualidade de cidadão ou representante de alguma empresa ou entidade.

Em relação à faixa etária verificou-se que a maior representatividade ocorreu no grupo dos 40 aos 49 e 50-59 anos de idade, com 27% cada, seguida da faixa etária entre os 30 e 39 anos (19%). A faixa etária até aos 29 (11%) apresenta um valor de resposta muito próximo da faixa dos 60 a 69 anos (12%). O escalão dos maiores de 70 anos é pouco significativo.

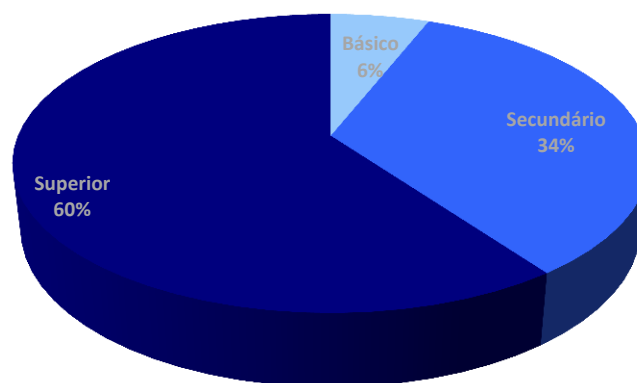
Gráfico 2- Faixa etária dos inquiridos (N=99).



A maioria dos inquiridos pertence ao género masculino (77%), sendo que o género feminino representa apenas ¼ do seu total (23%).

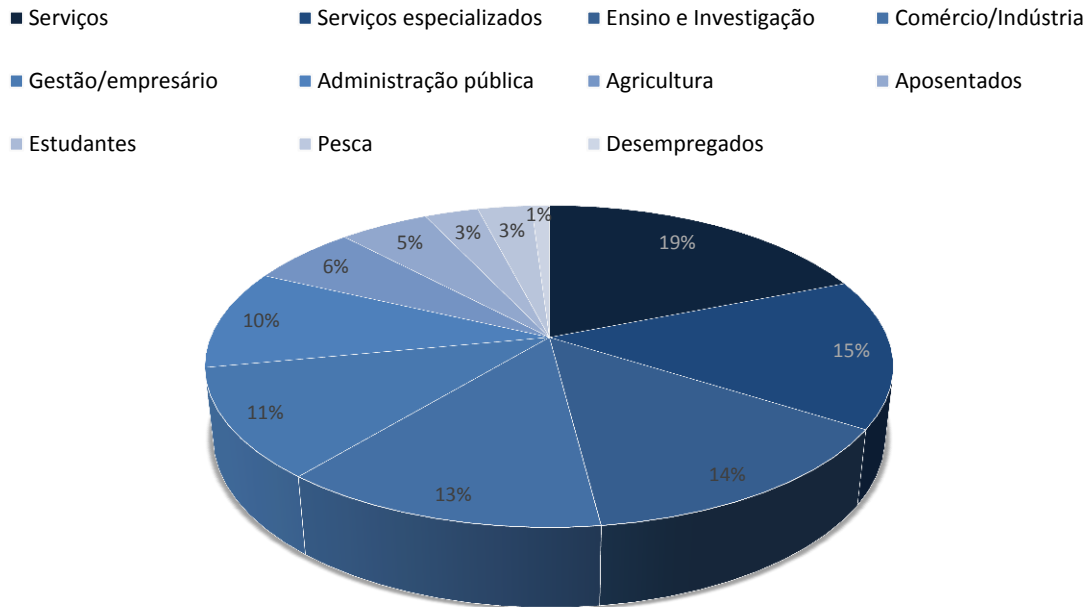
Relativamente ao nível de formação, mais de metade dos inquiridos tem o nível superior (60%), um terço tem o nível secundário (34%) e apenas 6% possui o ensino básico.

Gráfico 3- Nível de formação dos inquiridos (N=105)..



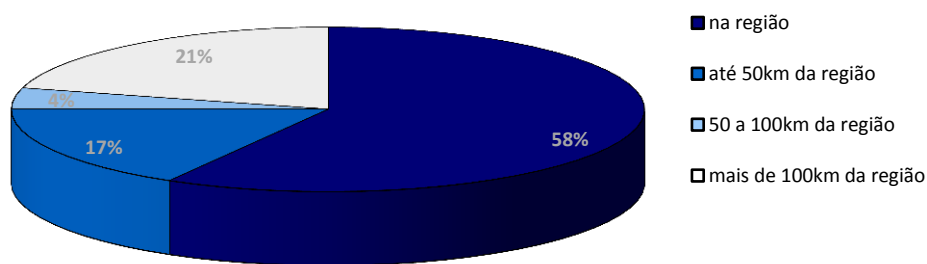
No que concerne à atividade desenvolvida, 19% dos inquiridos exerce atividade relacionada com serviços, 15% com serviços especializados, 14% dedicam-se ao ensino/investigação, 13% ao comércio/indústria, 11% são empresários ou gestores, 10% trabalham na administração pública e 6% na agricultura.

Gráfico 4- Atividade desenvolvida pelos inquiridos (N=100).



No que se refere à caracterização dos inquiridos quanto à residência apurou-se o seguinte: 58% residem na região do PNTI (nos 3 concelhos da sua abrangência: Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão), 21% residem a mais de 100 km da região (essencialmente nos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra), 17% residem até 50 km e apenas 3% entre 50 e 100 km.

Gráfico 5- Região de residência dos inquiridos (N=103).



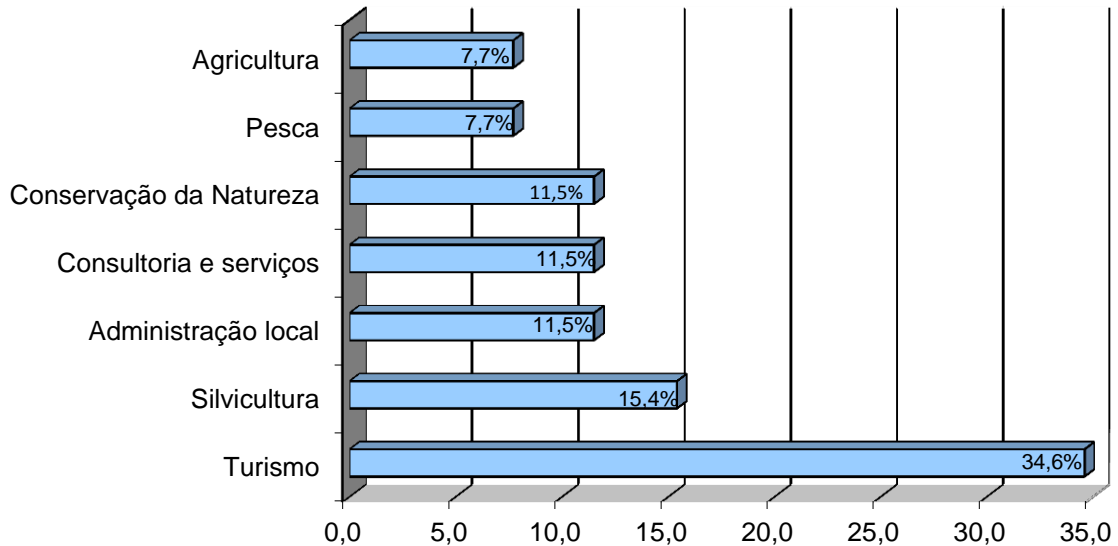
Quase $\frac{3}{4}$ dos inquiridos (70%) responderam na qualidade de cidadãos e 30% enquanto representantes de uma entidade ou empresa.

b) Caracterização da entidade/empresa (quando aplicável)

Dos inquiridos que responderam enquanto representantes de uma entidade ou empresa, mais de um terço pertencem ao setor do turismo (35%) e 15% ao setor da silvicultura. As áreas da administração local, consultoria/serviços e conservação da natureza correspondem, cada uma delas, a 12% dos

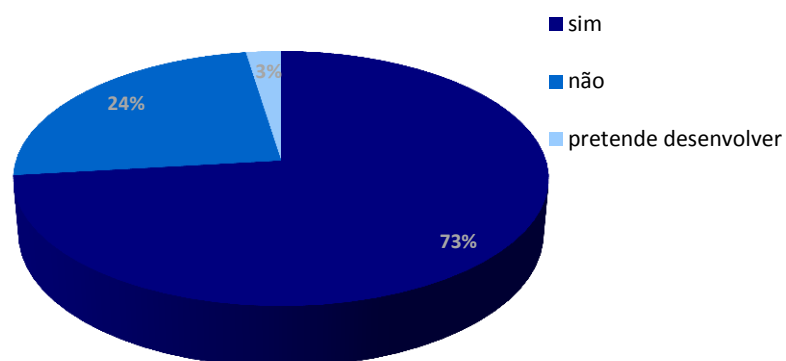
inquiridos. A pesca e a agricultura representam, em conjunto, os restantes 16% dos inquiridos, divididos de forma equitativa.

Gráfico 6- Área de atividade dos inquiridos (N=36).



A grande maioria dos inquiridos desenvolve a sua atividade económica dentro do PNTI (73%). Dos restantes, 24% não desenvolve atividade dentro do PNTI e 3% tem pretensões de vir a desenvolver em breve.

Gráfico 7- Atividades económicas desenvolvidas no PNTI (N=43).



c) Sobre o Parque Natural do Tejo Internacional

Concretamente sobre o PNTI, no inquérito foram colocadas quatro questões:

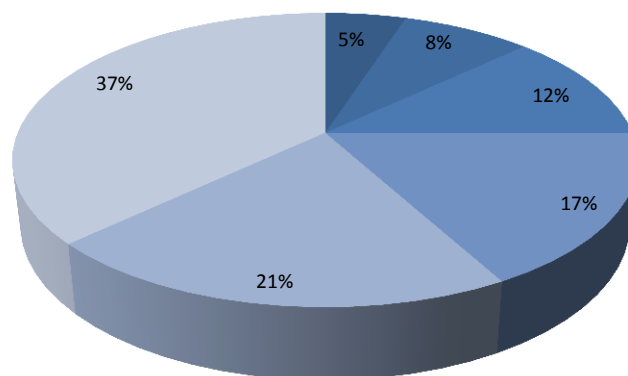
- De que forma tomaram conhecimento da existência da área protegida;
- A avaliação da adequação de alguns dos seus aspetos;
- A influência do Parque nas atividades dos inquiridos;

- O contributo para a conservação da natureza, valorização do território, criação de riqueza e dinamização do turismo.

Quando inquiridos sobre a forma como tiveram conhecimento da existência do PNTI, 21% pela informação disponibilizada pela Junta de Freguesia, Câmara Municipal ou associações da região 15% responderam que foi através do contacto direto com os serviços do PNTI, 12% pela informação transmitida por vizinhos ou parentes, 8% pelo contacto com os técnicos do PNTI e apenas 5% pela participação em eventos de promoção e divulgação do PNTI.

Gráfico 8- Tomada de conhecimento da existência do PNTI (N=103).

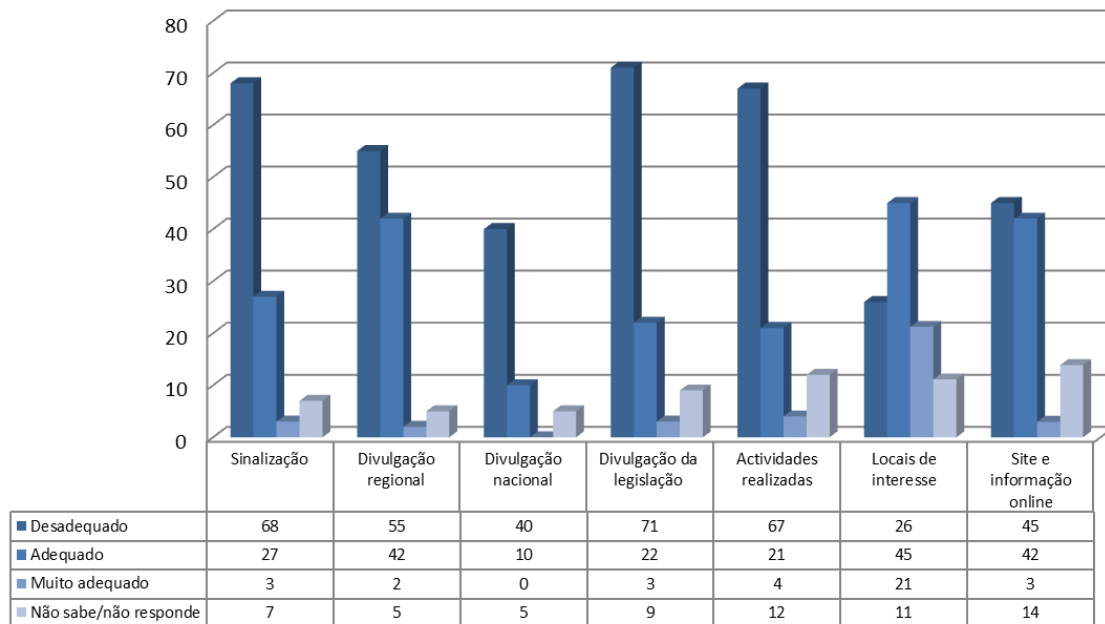
- Participação em eventos de divulgação do PNTI
- Contacto com os técnicos do PNTI
- Informação que me foi transmitida por vizinhos e / ou parentes
- Contacto direto com os serviços do PNTI
- Informação disponibilizada por Junta de Freguesia, Câmara Municipal ou associações da região



Uma parte significativa dos inquiridos (37%) tomou conhecimento da existência do PNTI de outra forma, nomeadamente pela comunicação social, por viver/trabalhar no PNTI ou pela entidade gestora da Zona de Intervenção Florestal (ZIF).

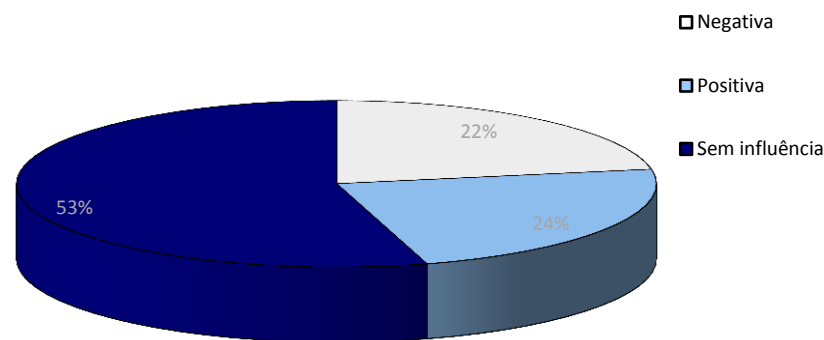
No que concerne à adequação de alguns aspetos do PNTI, a maioria dos inquiridos respondeu que eram desadequadas: relativamente à divulgação da legislação (71 respostas), à sinalização (68 respostas), às atividades realizadas (67 respostas) e à divulgação regional (55 respostas). A identificação dos locais de interesse foram indicados maioritariamente como adequados, sendo estes últimos indicados como muito adequados em 21 das respostas obtidas.

Gráfico 9- Adequação de alguns aspetos funcionais do PNTI.



Quando questionados sobre a influência da interação do PNTI com a sua atividade, a maioria dos inquiridos respondeu que não tem influência (53%), sendo que 24% responderam ter uma influência positiva e 22% influência negativa.

Gráfico 10- Influência da interação do PNTI na atividade dos inquiridos (N=103).

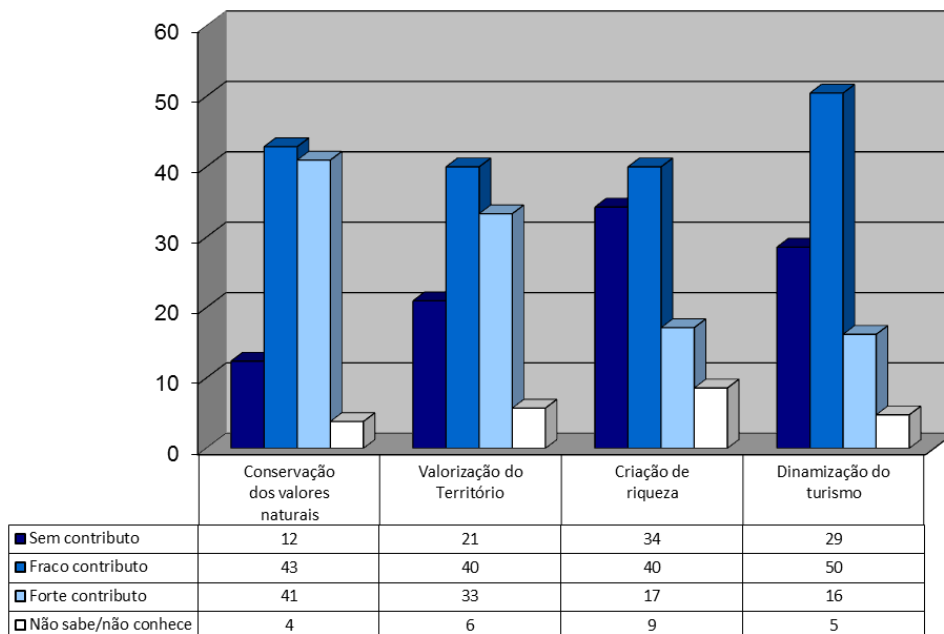


Os inquiridos foram ainda convidados a avaliar o contributo do PNTI em quatro áreas distintas:

- conservação dos valores naturais;
- valorização do território;
- criação de riqueza;
- dinamização do turismo.

A maioria dos respondentes é da opinião que a Área Protegida tem um fraco contributo na conservação dos valores naturais (43%), na valorização do território (40%), na criação de riqueza (40%) e na dinamização do turismo (50%). Em contrapartida, no que diz respeito à conservação dos valores naturais, 41% dos inquiridos considera que o papel do PNTI é relevante (forte contributo).

Gráfico 11- Avaliação do contributo do PNTI relativamente a questões setoriais (N = 105).

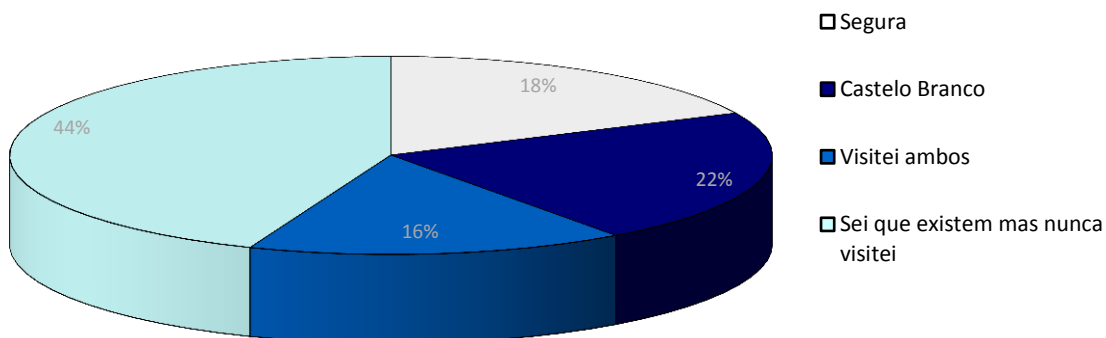


d)Centros de Interpretação alusivos ao PNTI

Sobre as questões colocadas sobre os Centros de Interpretação alusivos ao PNTI, a grande maioria dos inquiridos (78%) afirmou ter conhecimento da sua existência.

Quando questionados quais os Centros de Interpretação que visitaram, 22% visitaram o Centro de Castelo Branco, 18% o de Segura e apenas 16% visitaram ambos. Dos inquiridos, 44% sabe que existem estes Centros, mas nunca os visitaram.

Gráfico 12- Centros de Interpretação visitados pelos inquiridos (N=96).



a) Propostas de melhoria/constrangimentos

A última parte do inquérito é composta por duas questões de resposta aberta – propostas de melhoria e constrangimentos, o que deu origem a uma multiplicidade de respostas, em particular na pergunta relativa à apresentação de propostas de medidas ou iniciativas a serem implementadas no âmbito da valorização do território do PNTI.

É importante referir que alguns dos inquiridos (14%) não deram qualquer resposta a estas questões e que muitas das sugestões propostas sobrepõem-se, razão pela qual não foi possível efetuar um tratamento estatístico referente às respostas obtidas.

Optou-se, deste modo, por apresentar as propostas de melhoria em forma de tabela, agrupando as respostas por área de intervenção e indicando o número de inquiridos que indicaram a mesma área de intervenção.

Tabela 7- Sugestões de áreas de intervenção apresentadas e respectiva frequência.

Áreas de intervenção	Frequência
Proceder à divulgação, promoção e marketing territorial	18
Implementar percursos pedestres	17
Melhorar a sinalética do PNTI	15
Melhorar a informação interpretativa do PNTI – Guia Interpretativo	14
Melhorar as condições de visitaçao	14
Melhorar a intervenção na gestão e conservação da natureza	14
Proceder à melhoria qualitativa dos acessos	13
Melhorar o envolvimento (interação dos serviços do PNTI) das populações	12
Promover sensibilização/formação/educação ambiental referente a Boas Práticas	11
Proceder à divulgação de proximidade	10
Alterar o Plano de Ordenamento do PNTI – melhorar a regulamentação	10
Rever as condições de navegabilidade	9
Criar abrigos para observação de fauna/miradouros e melhorar os existentes	8
Proceder à melhoria quantitativa de acesso	6
Melhorar as condições físicas e ambientais dos rios e açudes	4
Melhorar a informação à população sobre as restrições associadas ao PNTI	4
Melhorar a vigilância	4
Promover a pesca desportiva - com cana	3
Varandas e passadiços - melhorar o acesso ao rio e às paisagens	3
Realizar inventário exaustivo dos elementos biológicos e culturais	2
Definir estratégia de apoio à atração e fixação de empresários no PNTI	2
Criar um cais em monte fidalgo junto há barragem de Cedillo	2
Melhorar a sinalética do Centro de Interpretação de Segura	2
Elaborar Plano de Defesa do PNTI contra incêndios	2
Monitorizar a qualidade da água – despoluir o rio	2

Da análise da tabela apresentada anteriormente, destaca-se o enfoque dado a três propostas de melhoria relacionadas com: divulgação, promoção e marketing territorial; implementação de percursos pedestres; melhoria da sinalética do PNTI.

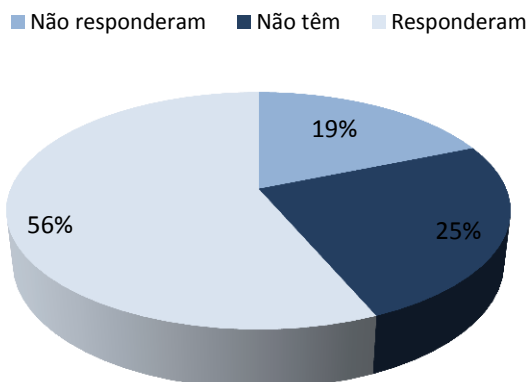
Listam-se de seguida algumas medidas concretas apresentadas pelos inquiridos.

Tabela 8- Lista das medidas e ações concretas que os inquiridos pretendem ver implementadas no PNTI.

Medida/iniciativa
Aproveitar antigo posto da guarda fiscal para centro de interpretação
Associar uma vista ao PNTI aos grupos que visitam o Centro de interpretação CB
Criar Centro de Apoio às Atividades de Natureza
Colocar câmaras para observação de fauna
Construir algumas represas
Construir um miradouro na falésia do Tejo - Malpica
Proceder ao controlo cinético do javali
Criar alojamento de apoio ao turismo de natureza
Criar Miradouro e Zona de Lazer perto do Tejo
Criar um passadiço junto ao rio para ligar o açude que se encontra a jusante da ponte romana - Segura
Criar uma Marca
Criar locais de lazer, parques de merendas
Criar um WC junto ao cais de Malpica.
Promover a realização de desportos radicais
Dinamizar a Rota das Minas
Proceder à gestão organizada de navegação e passeios
Identificar todos os vestígios arqueológicos, moinhos, etc.,
Implementar uma praia fluvial junto à fonte de Mata Mouros
Incentivar a apicultura
Melhorar o acesso ao Cais de Malpica do Tejo
Melhorar o acesso ao rio Erges - Segura
Monforte o acesso ao Rio Tejo – abrir caminho público
Organizar visitas com idosos residentes na área do parque
Os serviços do PNTI deveriam funcionar dentro do território do PNTI
Construir parque de merendas junto ao rio Erges
Plantar árvores de fruto pelas linhas de água
Construir uma ponte entre Portugal e Espanha
Promover ações de conservação associadas ao turismo ornitológico
Proporcionar alimento às aves necrófagas para não ataquem os rebanhos
Reativar o centro de observação de avifauna
Recuperação de áreas de eucaliptal abandonadas
Recuperar o antigo posto da guarda fiscal "a Caseta"
Recuperar o moinho de água em Segura
Proceder à reflorestação da zona ribeirinha em Segura
Proceder à reintrodução de espécies
Tratar da paisagem

Relativamente à pergunta referente aos constrangimentos, como se pode observar no gráfico seguinte, apenas 81% dos inquiridos responderam a esta questão, dos quais 25% afirmaram não ter qualquer constrangimento decorrentes da existência do PNTI.

Gráfico 13- Constrangimentos decorrentes da atividade do PNTI (N=79).



Das respostas recebidas, na tabela seguinte listam-se os constrangimentos no PNTI identificados pelos inquiridos.

Tabela 9- Lista dos constrangimentos identificados pelos inquiridos.

Constrangimentos	Nº de respostas
Nenhum constrangimento identificado	23
Limitação à navegação e à pesca	12
Fraca informação sobre as restrições implícitas/decorrentes do Plano de Ordenamento do PNTI	7
Fraca divulgação, informação e sinalética	7
Falta de envolvimento/vinculação da população local	6
Falta de orientação sobre deveres e boas práticas do utente e visitante	5
Falta de alojamento e de locais de refeições	4
Proibições sem explicação / justificação	3
Dificuldades no acesso ao cais de Malpica do Tejo	3
Dificuldades na articulação com as iniciativas das Juntas de Freguesia	3
Dificuldades nos acessos	3
Falta de guias	2
Caminhos encerrados – dificuldades de circulação	2
Falta de transportes	2
Ausência de gestão	2
Impedimento de cortes e podas durante o período de nidificação	1
Constrangimento à gestão florestal	1
Falta de fiscalização	1
Fraca manutenção das condições de receção de visitantes	1
Autorização de barcos de recreio e de pesca	1
Interferência com a gestão florestal	1
Autorização de presença de colmeias espanholas	1
Proibição da realização de montarias	1



Da análise da tabela apresentada anteriormente, os três principais constrangimentos no PNTI identificados são: limitação à navegação e à pesca; fraca informação sobre as restrições implícitas/decorrentes do Plano de Ordenamento do PNTI; fraca divulgação, informação e sinalética.

Quais as principais ilações a retirar desta auscultação?

Do exposto no ponto anterior, destacam-se as principais questões identificadas pelos respondentes ao inquérito realizado:

- A inadequação da sinalização/sinalética do PNTI como um dos aspetos claramente assinalados, assim como a falta de divulgação das atividades realizadas no PNTI e a insuficiente divulgação regional;
- A adequação ao nível da identificação dos locais de interesse do PNTI;
- A perceção dual quanto ao contributo do PNTI em termos da conservação dos seus valores naturais – estremando entre fraco e forte contributo;
- A atribuição de fraco contributo do PNTI ao nível da valorização do território, da criação de riqueza e da dinamização do turismo;
- As principais propostas de melhoria relacionadas com: divulgação, promoção e marketing territorial; implementação de percursos pedestres; melhoraria da sinalética do PNTI;
- Os principais constrangimentos no PNTI identificados referentes a: limitação à navegação e à pesca; fraca informação sobre as restrições implícitas/decorrentes do Plano de Ordenamento do PNTI; fraca divulgação, informação e sinalética.

Considera-se que, estando algumas questões inequivocamente identificadas, das mesmas deverão retirar-se ilações com vista à definição de áreas em que será necessário atuar, ou seja, ao nível da promoção do PNTI, da melhoria da sinalética do PNTI e da divulgação das atividades realizadas no PNTI. Eventualmente a aposta na sensibilização e na capacitação dos atores chave para os valores que um território como o PNTI encerra, muito para além dos valores naturais, nomeadamente sociais e económicos, permitirá trabalhar a perceção atual que os mesmos possuem sobre os contributos desta Área Protegida em vários domínios.

Assim, estas ilações foram consideradas na definição dos eixos de atuação estratégicos para o PNTI (explicitados no capítulo 7. do presente documento).



Como foi promovida a Consulta Pública?

A Consulta Pública da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 decorreu durante 26 dias consecutivos, entre 5 e 30 de abril de 2018.

O documento, acompanhado por uma nota enquadradora, foi disponibilizado nos *websites* dos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, do ICNF, da AEBB, do IPCB e da Quercus. Esteve igualmente presente, em formato papel, nas Juntas de Freguesia (JF) e Uniões de Freguesia (UF) da área de influência do PNTI: JF Castelo Branco, UF Cebolais de Cima e Retaxo, JF Malpica do Tejo, JF Monforte da Beira, UF Monfortinho e Salvaterra do Extremo, JF Perais, JF Rosmaninhal e UF Zebreira e Segura, onde pôde ser consultada durante o horário de expediente das respetivas instituições.

Esta Consulta Pública esteve aberta a todos os cidadãos (com idade superior a 18 anos), residentes, que exerçam alguma atividade na área de influência do PNTI (concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Castelo Branco) ou que conheçam esta Área Protegida.

Os interessados em participar nesta Consulta Pública tiveram à sua disposição uma ficha de participação com 15 questões. Para além das perguntas relativas às informações gerais sobre os participantes, foram efectuadas 5 questões fechadas, referentes aos eixos estratégicos e às medidas propostos no Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, designadamente para avaliar a importância atribuída a cada um deles pelos participantes. Foram igualmente efetuadas 2 questões abertas para permitir aos participantes dar a sua opinião relativamente às medidas seleccionadas e ao Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, em geral. Esta ficha esteve disponível para ser preenchida e submetida *online* ou em papel nas Juntas e Uniões de Freguesia acima indicadas.

Foi ainda promovida uma sessão de apresentação pública da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, no dia 19 de abril de 2018, na freguesia de Perais, em Vila Velha de Rodão, que contou com a presença do Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos, bem como mais de 80 participantes.

Nesta sessão procedeu-se ao balanço do primeiro ano do Projeto Piloto do PNTI, pelo Presidente do Conselho de Gestão, Luis Pereira, a uma apresentação sobre “A gestão colaborativa em áreas protegidas e os desafios do Projeto Piloto do PNTI”, pelo Vice-Presidente da Federação EUROPARC (Federação Europeia de Parques Naturais e Nacionais), Paulo Castro, e, por fim, à apresentação da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, pela Assessora e Coordenadora Técnica do Projeto Piloto, Madalena Martins.



Figura 10 - Apresentação pública da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

Quais foram os resultados da Consulta Pública?

Terminado o período de Consulta Pública referente à proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, foram recebidas 22 participações, a nível individual ou coletivo.

O Relatório de Ponderação do Processo de Consulta Pública, que se apresenta no **Anexo 6**, apresenta os resultados obtidos neste processo e está disponível nas páginas *websites* dos parceiros do Projeto Piloto.

No âmbito da ponderação realizada, importa destacar as sugestões que foram classificadas como Aceite e Parcialmente Aceite, na medida em que se considerou que permitirão corrigir algumas lacunas ou que contribuirão para melhorar a formulação e dar uma melhor consistência a uma nova versão do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

As mesmas foram propostas ao Conselho de Gestão, em reunião realizada em 22 de outubro de 2018, para serem consideradas na versão final deste documento ou na sua próxima revisão, tendo sido acordado o seguinte:

1. **inclusão de novos indicadores** - serão definidos aquando da nova revisão do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022;
2. **inclusão de ações de patrulhamento no rio Tejo e ações de sensibilização aos pescadores que frequentam o rio** - serão definidas aquando da nova revisão do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022;
3. **integração da questão dos alimentadores de abutres na medida 2.2. - Elaborar e implementar um plano de ação que compatibilize de forma equilibrada, a gestão cinegética e a conservação da natureza do plano de valorização** - sugestão integrada no capítulo 7. do presente documento, nomeadamente no que diz respeito ao projeto “Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza”;



4. **consideração da gestão de um território que salvaguarde todos os valores ambientais presentes, sejam naturais (biótico e geológico) ou culturais (arqueológico, arquitetónico e etnográfico)** – foi incorporado no capítulo 1, em resposta à questão *O que se espera com este Projeto Piloto?*
5. **integração da DGPC e da DRCC na lista de atores chave, apresentadas no Anexo 4 da proposta do Plano de Valorização** - sugestão integrada no Anexo 4 do presente documento;
6. **inclusão dos valores culturais na medida 4.2. - *Desenvolver um plano de sensibilização ambiental para a população local***; sugestão a considerar aquando da elaboração da memória descritiva do projeto referente a esta medida;
7. **elaboração, para cada uma das medidas propostas no Plano de Valorização, de um projeto detalhando as respetivas ações específicas e a programação dos recursos financeiros** - sugestão integrada no capítulo 7. do presente documento, nomeadamente nas memórias descritivas dos projetos aprovados para 2018 (projeto “Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza” e “Promover e Valorizar o Parque Natural do Tejo Internacional”); irá ser tido em atenção aquando da elaboração das memórias descritivas dos restantes projetos elaboradas para as restantes medidas.

7. Plano de Atuação

Quais são os eixos estratégicos do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022?

Com base na identificação das áreas-chave de desenvolvimento prioritário no âmbito do Projeto Piloto (identificadas no capítulo 5. do presente documento), e tendo em conta as principais questões identificados pelos atores chave do PNTI (elencadas no capítulo 6. do presente documento) para o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 foram definidos quatro eixos de atuação prioritários, indicados na tabela seguinte:

Tabela 10- Áreas-chave e eixos estratégicos do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

Áreas-chave de desenvolvimento prioritário	Eixos Estratégicos
IDENTIDADE DO PNTI	Eixo 1 – Comunicação, criação e promoção de identidade
GESTÃO CINEGÉTICA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	Eixo 2 - Conservação da Natureza e adaptação às alterações climáticas
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO	Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território
ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE	Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave

Para estes quatro eixos de atuação estratégicos estabeleceram-se objetivos gerais e específicos, tendo-se posteriormente elencado diversas medidas, que se apresentam seguidamente.



Eixo 1 - Comunicação, criação e promoção de identidade

É fundamental desenvolver um sentimento de pertença e apropriação do território, por parte das populações residentes e dos atores que exercem a sua atividade no PNTI, para que se consigam atingir os objetivos de conservação e promoção dos valores naturais aí existentes e o desenvolvimento sustentável da região. A comunicação interna e externa espelha a identidade do Parque Natural, contribuindo assim para a sua divulgação e consolidação.

Objetivo geral

Reforçar a identidade territorial do PNTI, fomentar o sentimento de pertença a este território, assim como comunicar, promover e divulgar o Parque Natural, interagindo com os diferentes públicos-alvo intervenientes neste território (as populações locais, os visitantes, as escolas, os investigadores, comunicação social, etc.).

Objetivos específicos

- 1- Desenvolver a comunicação do PNTI a nível local, nacional e internacional;
- 2- Implementar iniciativas de divulgação dos objetivos do PNTI, dentro e fora da Área Protegida, através da dinamização e/ou participação em feiras e certames, sessões de esclarecimento, mesas temáticas, reuniões sectoriais, agrupamentos de escolas entre outras;
- 3- Promover o reforço da identidade da população com o território, sensibilizando os residentes para a importância de viverem dentro de um Parque Natural, não só para a conservação do património natural, mas também para as oportunidades que podem daí advir.

Medida 1.1.

Elaborar e implementar um plano de comunicação para o PNTI a nível local, nacional e internacional;

Medida 1.2.

Criar um diagnóstico social relativamente à identidade do PNTI;

Medida 1.3.

Elaborar materiais promocionais e informativos inovadores sobre o PNTI em, pelo menos, três línguas (português, espanhol e inglês).



Eixo 2 - Conservação da Natureza e adaptação às alterações climáticas

A criação do PNTI justificou-se pela necessidade de promover a conservação de valores naturais de relevante importância, pelo que é essencial corrigir os processos que possam conduzir à sua degradação, assim como conhecer, monitorizar e recuperar o património natural, prestando particular atenção aos processos de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas. Igualmente relevante é o reconhecimento e valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas presentes neste território.

Inverter a perda, manter e conhecer melhor a bio e geodiversidade deste território, que são o fator diferenciador e valorizador incontornável desta região, é uma responsabilidade para assegurar o legado geracional deste património natural.

Objetivo geral

Promover uma gestão equilibrada do património natural (biológico e geológico) do PNTI, e uma monitorização adequada que permita avaliar e adequar as medidas necessárias para a sua conservação. Pretende-se ainda implementar medidas que contribuam para a adaptação da biodiversidade existente às alterações climáticas, contribuindo ainda para a construção da identidade, e valorização da economia, sendo este o eixo base para o desenvolvimento dos restantes 3 eixos de ação deste documento.

Objetivos específicos

- 1- Conservar e valorizar o património natural e paisagístico do PNTI através de um correto ordenamento, conforme as potencialidades de cada tipologia de espaço, tendo em vista a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável das espécies, *habitats* e ecossistemas;
- 2- Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas, bem como a monitorização dos seus *habitats* naturais e das populações das espécies de fauna e flora, contribuindo para assegurar uma correta estratégia de conservação e gestão dos valores naturais do PNTI;
- 3- Desenvolver ações que promovam a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, baseada numa visão estratégica alargada e com base em conhecimento sólido sobre os indícios observados no PNTI.



Medida 2.1.

Implementar ações de conservação e gestão de espécies prioritárias e dos respetivos *habitats*;

Medida 2.2.

Elaborar e implementar um plano de ação que compatibilize, de forma equilibrada, a gestão cinegética e a conservação da natureza;

Medida 2.3.

Desenvolver estudo que vise a implementação de ações de melhoria do *habitat* para a ictiofauna no rio Erges;

Medida 2.4.

Requalificar as áreas de eucaliptais, compatibilizando a sua utilização com os objetivos de conservação da natureza;

Medida 2.5.

Desenvolver e promover um plano de investigação e monitorização de valores naturais, em particular da avifauna, devidamente articulado com o Parque Natural del Tajo Internacional (Espanha);

Medida 2.6.

Garantir uma correta articulação e cooperação transfronteiriça na exploração sustentável e conservação dos recursos e valores naturais;

Medida 2.7.

Monitorizar e controlar espécies exóticas invasoras que possam comprometer a conservação de espécies ameaçadas;



Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território

Com o desenvolvimento sustentável da região onde se integra o PNTI, através do estímulo e dinamização de iniciativas que integrem as suas componentes naturais, sociais, culturais e económicas, pretende-se que a Área Protegida seja palco potenciador deste desenvolvimento e não um fator limitador.

É essencial promover a transição para uma economia circular que assegure o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida e de emprego, bem como a regeneração e valorização do capital natural, apostando-se na diferenciação positiva deste território, valorizando os recursos endógenos, acompanhando de perto e ajustando as atividades humanas à conservação dos valores naturais, em particular dos elementos diferenciadores que a potenciam. Face à proximidade deste território com a fronteira, é inevitável e relevante a cooperação com Espanha.

Objetivo geral

Promover a manutenção do equilíbrio entre as atividades humanas e a salvaguarda do património natural coexistentes no PNTI, contribuindo para a diferenciação positiva do território.

Objetivos específicos

- 1- Apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem-estar das populações residentes no PNTI em harmonia com a conservação da natureza;
- 2- Promoção de produtos locais diferenciados e de qualidade
- 3- Ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas realizadas no PNTI, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável;
- 4- Melhorar as condições de visitação do PNTI com a cria o de pontos de atra o específicos, com infraestruturas adequadas e a cria o de um destino turístico na área do Tejo Internacional mediante o desenvolvimento de produtos turísticos baseados em valores ambientais e culturais do território (observa o de fauna e flora, turismo gastron mico, turismo cultural...),
- 5- Valorizar e salvaguardar o património natural, arquitet nico, arqueológico e etnográfico da região, promovendo a sua divulga o;
- 6- Promover a coopera o territorial transfronteiriça e com outras regiões do país, quer ao nível do turismo, quer da conserva o da natureza.



Medida 3.1.

Criar e promover a manutenção de uma rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo e lazer que melhorem as condições de visitação do PNTI;

Medida 3.2.

Melhorar a sinalética do PNTI (a de aproxima o nos seus principais acessos e a relativa às condicionantes nas áreas em que são interditas algumas atividades) e delimitar e sinalizar os percursos pedestres existentes (coloca o de mapas com circuitos e pontos de visita o);

Medida 3.3.

Elaborar uma ferramenta que, tendo por base os valores naturais, identifique as potencialidades do território para a prática de atividades de anima o turística e lazer;

Medida 3.4.

Promover a adesão   marca Natural.PT;

Medida 3.5.

Iniciar o processo de implementa o da Carta Europeia de Turismo Sustentável para o PNTI;

Medida 3.6.

Promover projetos transfronteiriços de desenvolvimento de produtos turísticos que incluam o património histórico-cultural da região.



Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave

Um Parque Natural também é feito das pessoas que nele vivem. Com base nesta premissa é fundamental assegurar a capacitação e a participação ativa das populações residentes e dos atores que exercem a sua atividade no PNTI.

Só assim se garantirá o desenvolvimento sustentável do PNTI e da região onde se integra esta Área Protegida. Pois, ao garantir informação, sensibilização e formação de todos estes atores, promove-se a participação da sociedade civil na gestão, que se pretende colaborativa, na conservação dos valores naturais, bem como o protagonismo e a corresponsabilidade da comunidade nos resultados alcançados.

Objetivo geral

Promover a sensibilização, formação e capacitação dos agentes que vivem e intervêm no território afeto ao PNTI. Desenvolver e implementar programas formativos específicos, sobre temas relevantes para este território, dirigidos a diferentes públicos-alvo, sensibilizando-os e dotando-os de conhecimentos e ferramentas importantes para se alcançarem os objetivos que estiveram na base da classificação do Parque Natural. Fomentar a participação e o envolvimento na gestão, através de fóruns de discussão sobre temáticas relevantes para a conservação da natureza e para as atividades económicas.

Objetivos específicos

- 1- Desenvolver e implementar modelos de gestão participativa e colaborativa;
- 2- Fomentar a participação das partes interessadas através de ações de formação e sensibilização;
- 3- Estimular a formação e a capacitação dos atores chave e criação de fóruns de discussão;



Medida 4.1.

Preparar e executar um plano de gestão participativa, garantindo o envolvimento da população local e partes interessadas na gestão do território do PNTI;

Medida 4.2.

Desenvolver um plano de sensibilização ambiental para a população local, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes favoráveis à conservação dos valores naturais e à vivência no PNTI;

Medida 4.3.

Dinamizar encontros científicos sobre temas que constituem ameaças ao PNTI, no sentido de constituir posteriores equipas de trabalho;

Medida 4.4.

Promover ações de formação para capacitação dos atores chave (dos sectores do turismo, agricultura, silvicultura, produção e comercialização de produtos locais), de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com os objetivos de conservação da natureza.

Que ações serão realizadas?

O Plano de Atuação sistematiza as 20 medidas a desenvolver, no período 2018-2022, para alcançar os objetivos propostos para o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022. Estas medidas distribuem-se da seguinte forma pelos quatro eixos estratégicos:

- Eixo 1: 3 medidas;
- Eixo 2: 7 medidas;
- Eixo 3: 6 medidas;
- Eixo 4: 4 medidas.

Na tabela 11 apresenta-se um resumo do Plano de Atuação, em que são atribuídos níveis de prioridade para a implementação das medidas definidas (1 - prioridade máxima; 2 – prioridade média). Note-se que das 20 medidas identificadas, 14 são consideradas prioritárias, 5 das quais começaram a ser implementadas em 2018.

Para cada uma das 20 medidas constantes do Plano de Atuação estão a ser elaboradas fichas, em que é especificada, para cada uma delas, a seguinte informação: objetivo; ações propostas; justificação; entidades envolvidas; estimativa de investimento; cronograma financeiro; resultado esperado; indicadores de resultado. Estas fichas constituem uma primeira base para cada um dos projetos referentes às ações a desenvolver.

Tabela 11- Resumo do Plano de Atuação 2018-2022

Eixos	Medidas		Prioridade	Entidade coordenadora
Eixo 1 - Comunicação, criação e promoção de identidade	Medida 1.1.	Elaborar e implementar um plano de comunicação para o PNTI a nível local, nacional e internacional	1	PPGCPNTI ¹
	Medida 1.2.	Criar um diagnóstico social relativamente à identidade do PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 1.3.	Elaborar materiais promocionais e informativos inovadores e em, pelo menos, 3 línguas (português, espanhol e inglês)	1	PPGCPNTI
Eixo 2 - Conservação da Natureza e adaptação às alterações climáticas	Medida 2.1.	Implementar ações de conservação e gestão de espécies prioritárias e dos respetivos <i>habitats</i>	1	ICNF
	Medida 2.2.	Elaborar e implementar um plano de ação que compatibilize, de forma equilibrada, a gestão cinegética e a conservação da natureza	1	PPGCPNTI
	Medida 2.3.	Desenvolver estudo que vise a implementação de ações de melhoria do <i>habitat</i> para a ictiofauna no rio Erges	1	ICNF
	Medida 2.4.	Requalificar as áreas de eucaliptais, compatibilizando a sua utilização com os objetivos de conservação da natureza	1	ICNF
	Medida 2.5.	Desenvolver e promover um plano de investigação e monitorização de valores naturais, em particular da avifauna	1	ICNF
	Medida 2.6.	Garantir uma correta articulação e cooperação transfronteiriça na exploração sustentável e conservação dos recursos e valores naturais	1	ICNF
	Medida 2.7.	Monitorizar e controlar espécies exóticas invasoras que possam comprometer a conservação de espécies ameaçadas	2	ICNF
Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território	Medida 3.1.	Criar e promover a manutenção de uma rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo e lazer que melhorem as condições de visitação do PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 3.2.	Melhorar a sinalética do PNTI e delimitar e sinalizar os percursos pedestres existentes	1	PPGCPNTI
	Medida 3.3.	Elaborar uma ferramenta que, tendo por base os valores naturais, identifique as potencialidades do território para a prática de atividades de animação turística e lazer	2	ICNF
	Medida 3.3.	Promover a adesão à marca Natural.PT	1	ICNF
	Medida 3.5.	Iniciar o processo de implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável para o PNTI	2	PPGCPNTI
	Medida 3.6.	Promover projetos transfronteiriços de desenvolvimento de produtos turísticos que incluam o património histórico-cultural da região	2	PPGCPNTI
Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave	Medida 4.1.	Preparar e executar um plano de gestão participativa, garantindo o envolvimento da população local e partes interessadas na gestão do território do PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 4.2.	Desenvolver um plano de sensibilização ambiental para a população local, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes favoráveis para a conservação dos valores naturais e para a vivência no PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 4.3.	Dinamizar encontros científicos sobre temas que constituem ameaças ao PNTI, no sentido de constituir posteriores equipas de trabalho	2	PPGCPNTI
	Medida 4.4.	Promover ações de formação para capacitação dos atores chave, de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com os objetivos de conservação da natureza	2	PPGCPNTI

PPGCPNTI- Parceiros do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional



Como será executado este Plano de Atuação?

Na tabela 11 são identificadas as entidades responsáveis pela execução de cada uma destas 20 medidas, de entre as sete que assinaram o Protocolo de Colaboração de 18 de abril de 2017.

Não obstante todas estas sete entidades terem corresponsabilidade na execução destas medidas, a responsabilidade de coordenação da sua implementação e o respetivo sucesso dependerão do empenho que cada entidade atribuirá à medida que ficou a seu cargo. Algumas destas ações poderão ser complementadas por atividades desenvolvidas por outras entidades, públicas ou privadas, que não subscreveram este Protocolo de Colaboração.

Que projetos serão já executados em 2018?

Os projetos que já serão executados em 2018 são os seguintes:

“Promover e Valorizar o Parque Natural do Tejo Internacional”, que pretende concretizar as medidas de ação 1.1, 3.1 e 3.2, definidas no Plano de Atuação 2018-2022, que consta no presente documento. Este projeto é liderado pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), um dos sete parceiros do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI. O presente projeto tem como objetivo geral promover e melhorar as condições de visita do PNTI, expressas através de um sistema de identidade visual e de um sistema de orientação e informação coerentes e consentâneos com os objetivos de comunicação que se pretendem desenvolver neste território. A memória descritiva deste projeto constitui o **Anexo 7** do presente documento.

“Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza no Parque Natural do Tejo Internacional”, que visa concretizar a medida de ação 2.2. definida no Plano de Atuação 2018-2022, que consta no presente documento. O projeto é liderado pela Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza, um dos sete parceiros do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI, conforme acordado em reunião do Conselho de Gestão realizada em 20 de julho de 2018. Este projeto tem como objetivo geral implementar ações direcionadas para a gestão cinegética no PNTI, que garantam a sua compatibilização com a conservação da natureza e biodiversidade presente neste território. A memória descritiva deste projeto pode ser consultada no **Anexo 8** do presente documento.

A atribuição dos projetos às duas entidades referidas foi acordada em reunião do Conselho de Gestão realizada em 20 de julho de 2018. Ambos os projectos enquadram-se no âmbito do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI e foram concebidos ao abrigo do estipulado no Despacho do Gabinete do Ministro do Ambiente n.º 4237/2018, de 26 de abril.

Há ainda uma medida que não carece de desenvolvimento de projeto, uma vez que a sua implementação decorre da actividade corrente do Projeto Piloto e de contacto com os atores chave do território do PNTI, trata-se da *Medida 3.4. Promover a adesão à marca Natural.PT*;

Como será monitorizado?

Para cada um dos quatro eixos estratégicos foi definido um indicador anual, com o qual será possível aferir se as medidas desenvolvidas no âmbito do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 estão a contribuir para um melhor desempenho nas áreas-chave definidas como prioritárias no PNTI.

Para avaliar os resultados verificados para cada um dos quatro indicadores será definido, logo à partida e para o ano 2018, o designado como “situação de referência”, ou seja, o referencial antes do início da implementação de qualquer das medidas definidas.

Não obstante essa comparação de desempenho anual, face à “situação de referência”, para cada indicador foram também definidas metas, que anualmente cumpre atingir.

Na tabela 12 apresentam-se os indicadores de monitorização anual e as respetivas metas.

Tabela 12- Indicadores de monitorização anual e metas do Plano de Atuação, para o período 2018-2022.

Eixos Estratégicos [Áreas-chave]	Indicadores	“Situação de referência”- 2018	META	2019	2020	2021	2022
Eixo 1 - Comunicação, criação e promoção de identidade [IDENTIDADE]	- Ações de promoção e divulgação do PNTI - Referências na comunicação social	*a definir	- a definir				
Eixo 2 - Conservação da Natureza e adaptação às alterações climáticas [GESTÃO CINEGÉTICA]	- Indicadores biológicos - nº de estudos e espécies acompanhadas - Sucesso reprodutivo das espécies ameaçadas - Efectivos ou tendências populacionais	a definir	- a definir				
Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território [DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO]	Nº de <u>novos</u> aderentes à marca Natural.PT (produtos e serviços)	6 aderentes	20	10	10	5	5
Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave [ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE]	- Nº de horas de formação - Nº de ações de sensibilização - Nº de participantes - Nº de formandos certificados	0	120 pessoas 100h/ano				



Estes indicadores, de reporte anual, serão analisados na 1ª reunião do Conselho de Gestão do ano seguinte, de modo a avaliar os resultados obtidos e a verificar se as medidas implementadas no âmbito do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 estão a ser eficazes e se, face ao investimentos havidos e às ações executadas, se está a atuar no território do PNTI conforme definido estrategicamente.

Caso hajam desvios negativos e significativos face às metas definidas, o Conselho de Gestão deverá proceder à identificação de medidas adicionais para integração no Plano de Atuação. Estas medidas deverão ser conducentes à correção dos desvios verificados, tendo em conta os objetivos (geral e específicos) definidos para cada um dos quatro eixos estratégicos.

As metas definidas para cada um desses indicadores também deverão ser avaliadas e reequacionadas anualmente, caso se justifique, pelo Conselho de Gestão.

Toda esta informação será amplamente divulgada e os resultados alcançados discutidos em fóruns com a população local e os atores chave.



LISTA DE ANEXOS

***ANEXO 1** - Protocolo Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional*

***ANEXO 2** - Elementos constituintes do Conselho de Gestão e da Direção no âmbito do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional*

***ANEXO 3** – Constituição do Grupo de Trabalho “Gestão Cinegética e Conservação da Natureza”*

***ANEXO 4** – Listagem com os atores chave*

***ANEXO 5** - Inquérito*

***ANEXO 6** - Relatório de Ponderação do Processo de Consulta Pública*

***ANEXO 7** – Memória descritiva do projeto “Promover e Valorizar o Parque Natural do Tejo Internacional”*

***ANEXO 8** – Memória descritiva do projeto “Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza no Parque Natural do Tejo Internacional”*